



FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento

IMPACTO DA COOPERAÇÃO CUBA-MOÇAMBIQUE NO DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

ARLETE SIVE CHABANGO

Maputo, Setembro de 2022

ARLETE SIVE CHABANGO

Impacto da Cooperação Cuba-Moçambique no Desenvolvimento da Educação em
Moçambique

Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento

Dissertação a ser apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Cooperação e
Desenvolvimento na Faculdade de Direito da
Universidade Eduardo Mondlane e sob supervisão do
Prof. Doutor Lucas Bussotti .

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
MAPUTO, SETEMBRO DE 2022

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que esta pesquisa nunca foi apresentada para aquisição de qualquer grau académico. Ela resulta da minha investigação pessoal, estando incluídos no texto e na bibliografia final as fontes que utilizei para o efeito.

Maputo, aos 09 de Setembro de 2022

Arlete Sive Chabango

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos que de certa forma contribuíram para o meu progresso nos estudos, dedico especialmente ao meu pai, a minha mãe, aos meus irmãos ao meu cunhado e as minhas cunhadas

Agradecimentos

Agradeço a todos que sempre se fizeram presentes na minha vida, aos que vêm me impulsionando para dar o melhor de mim e me incentivam a ser uma mulher batalhadora nomeadamente:

- Ao meu Deus Todo-poderoso que me tem abençoado tanto, dando-me forças no meu dia-a-dia, coragem para ir atrás dos meus sonhos e que tem aberto muitas portas para mim;
- Agradeço aos meus pais pelo amor, pela força, pelas palavras de incentivo que me têm dado;
- Aos meus irmãos: Germano, António, Dércio, Bento e Maria de Lurdes e
- as minhas cunhadas por alegrarem os meus dias, pelo companheirismo e apoio que me têm proporcionado; ao Inocêncio Nhate pela força e apoio nesta caminhada;
- Ao Simão, meu cunhado, pela ajuda e encorajamento para que este sonho se tornasse realidade;
- A minha família em geral por tudo o que tem feito por mim;
- Agradeço ao meu supervisor, Prof. Doutor Luca Bussoti por ter se disponibilizado a me ajudar na elaboração da seguinte Dissertação;
- A todos os que foram meus docentes, o meu muito obrigado pelas lições que me proporcionaram; e
- Aos meus colegas, pelos anos de convivência e pela ajuda que me forneceram durante esses anos;
- Agradeço a todos os meus amigos, em particular ao Abdul Macuacua, Valéria Missa, a Suzete Ubisse por todo apoio que me proporcionaram durante o meu percurso académico.

Lista de tabelas e gráficos

Gráfico 1. Número de profissionais entrevistados por instituição	46
Gráfico 2. Composição etária dos inqueridos	46
Gráfico 3. Sexo	47
Gráfico 4. Categoria Profissional.....	47
Gráfico 5. Tempo de Serviço	48
Gráfico 6. Congruência entre os instrumentos assinados com o governo de cuba e as políticas internas.....	49
Tabela 1. Evolução da formação de professores	37

Lista de abreviaturas e siglas

CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CERTs	Computer Emergency Response Team
CTESTP	Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional
DINES	Direcção Nacional do Ensino Superior
DNET	Direção Nacional do Ensino Técnico Profissional
DNTICP	Direcção Nacional de Tecnologias de Comunicação, Informação e Projectos
DPEC	Direcção de Planificação, Estudos e Cooperação
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
ISKAENDA	Instituto Superior KAENDA
MCTESTP	Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional
MIDEF	Ministério de Defesa Nacional
MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MITES	Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PISA	Programa para a Avaliação de Estudantes Internacionais
SEETP	Secretaria de Estado do Ensino Técnico Profissional
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
Unizambeze	Universidade do Zambeze

Resumo

É factual que a educação é um meio principal para o desenvolvimento de um país. Na presente pesquisa, proponho-me a debruçar sobre o Sistema Nacional de Educação de Cuba com o Sistema Nacional de Educação vigente em Moçambique, focando no impacto da cooperação que estes dois países possuem. São diversos aspectos tratados neste trabalho pois a forma como está estruturado o sistema de educação de um determinado país é diferente para outro. Todavia, existem algumas coadunações entre os sistemas de educação dos países em referência pois, vemos o seu funcionamento, sua organização e suas leis educacionais. Através do recurso a metodologia qualitativa aplicada que objectiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos de interesse local e também devido a complexidade do assunto e fontes de dados, foi feita uma pesquisa descritiva, envolvendo levantamento bibliográfico e documental e entrevistas, que permitiram concluir fundamentalmente que, existem traços comuns entre o Sistema Nacional de Educação de Cuba e o de Moçambique; nota-se que há vários aspectos em comum, o que remete a ideia de que Moçambique não imitou o sistema de Cuba e que a cooperação bilateral entre os dois países trouxe resultados significativos e bastante benéficos na área de formação de professores e educação de adultos para Moçambique, sobretudo que possui um sistema de ensino de baixa qualidade.

Palavras-chave: Cooperação, Bilateral, Cuba-Moçambique, Desenvolvimento e Educação.

Abstract

It is factual that education is a main means for the development of any country. In this research I propose to focus on the National Education System of Cuba with the National Education System in force in Mozambique, focusing on the impact of the cooperation that these two countries have. There are several aspects addressed in this work because the way the education system is structured in a particular country is different from another. However, there are some similarities between the education systems of the countries in question as we see their functioning, their organization and their educational laws. Through the use of applied qualitative methodology that aims to generate knowledge for practical application aimed at solving specific problems of local interest and also due to the complexity of the subject and data sources, a descriptive research was carried out, involving bibliographic and documentary survey and interviews, which fundamentally allowed to conclude that there are common traits between the National Education System of Cuba and that of Mozambique; it is noted that there are several aspects in common, which leads to the idea that Mozambique did not imitate the Cuban system and that bilateral cooperation between the two countries has brought significant and very beneficial results in the area of teacher training and adult education for Mozambique, especially since it has a low quality education system.

Keywords: Cooperation, Bilateral, Cuba-Mozambique, Development and Education.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
Agradecimentos	iii
Lista de tabelas e gráficos	iv
Lista de abreviaturas e siglas	v
Resumo	vi
Abstract.....	vii
CAPÍTULO I – Secção Introdutória	1
1.1. Contextualização	1
1.2. Estrutura da Dissertação.....	2
1.3. Problema de Pesquisa.....	3
1.3.1. Pergunta de pesquisa.....	4
1.4. Hipóteses	4
1.5. Objectivos.....	5
1.5.1. Objectivo Geral.....	5
1.5.2. Objectivos específicos	5
1.6. Justificativa.....	5
1.6.1. Relevância Económica e Social	6
1.6.2. Relevância Académica.....	6
CAPÍTULO II – METODOLOGIA.....	7
2.1. Natureza de Pesquisa.....	7
2.2. Tipo e Técnica de Pesquisa	7
2.3. População e Amostra.....	8
2.4. Instrumentos de recolha de dados	9
2.5. Aspectos éticos.....	9
CAPÍTULO III – Revisão de Literatura	11
3.1. Educação	11
3.2. Educação em África	13
3.3. Uma breve revisão do estado actual da educação na África	14
3.4. Educação em Cuba.....	17
3.4.1. Desafios actuais e transformação para enfrentá-los.....	19

3.5.	Educação em Moçambique	22
3.6.	A Cooperação na Educação em Moçambique.....	25
3.7.	Sistema Nacional de Educação em Moçambique versus Sistema Nacional de Educação da Cuba	26
3.7.1.	Estrutura do SNE de Cuba versus Estrutura do SNE de Moçambique.....	27
3.7.2.	A Educação Geral Politécnica e Laboral	27
3.7.3.	Educação Primária	28
3.7.4.	Secundária Básica	29
3.7.5.	Educação Pré-universitária	30
3.7.6.	Subsistema Educação Especial	30
3.7.7.	Subsistema Educação Técnica e Profissional	31
3.7.8.	Subsistema de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal Pedagógico	31
3.7.9.	Subsistema de Educação de Adultos.....	32
3.7.10.	Educação Superior.....	33
CAPÍTULO IV – Apresentação e Discussão dos Resultados.....		34
4.1.	A Cooperação Cubana em Moçambique.....	34
4.2.	Áreas da actuação no sector da Educação da Cooperação Cubana.....	35
4.2.1.	Formação de professores em Moçambique.....	36
4.2.2.	Educação de Adultos e a Cooperação cubana.....	38
4.3.	Implicações e avanços da educação Cubana em Moçambique	40
4.4.	Cooperação bilateral entre Moçambique e Cuba no sector de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional	41
4.4.1.	Área do Ensino Técnico Profissional.....	42
4.4.2.	Ensino Superior.....	42
4.4.3.	Formação de Recursos Humanos.....	43
4.4.4.	Tecnologias de Informação e Comunicação	43
4.5.	Perspetivas do governo de Moçambique na área de CTESTP no âmbito cooperação com Governo de Cuba.....	44
4.6.	Resultados obtidos das entrevistas	45
4.6.1.	Apresentação das Características demográficas dos entrevistados.....	45
4.6.2.	Apresentação das opiniões as perguntas colocadas	48
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES.....		52
REFERÊNCIAS.....		54
Anexos		59

Anexo 1. GUIÃO DE ENTREVISTAS60

CAPÍTULO I – Secção Introdutória

1.1. Contextualização

O interesse pelo estudo sobre a qualidade da educação no mundo tem vindo aumentar nos últimos tempos. Isto pode dever-se à percepção de que a contribuição no investimento em capital humano é paralela ao crescimento económico para além da influência que a educação gera em efeitos sociais benéficos sobre o conjunto dos cidadãos de um país. Para além de ser um interesse universal, julga-se mais forte e necessário o estudo aprofundado sobre os países em vias de desenvolvimento, onde as condições sociais, humanas e educativas são fracas. Moçambique faz parte deste grupo de países e, vem enfrentando a batalha pela melhoria da oferta da educação desde a sua independência.

Moçambique foi, durante séculos, uma colónia portuguesa. Durante este período o governo português não tinha nenhum interesse em educar o povo africano, implantando apenas os sistemas de assimilação com objectivo de “europeizar” o povo dominado (Machava, 2015).

Após tornar-se independente em 1975, Moçambique herdou de Portugal este legado e uma longa história e experiência educativa. Portanto, o governo definiu como prioridades do país, a expansão, promoção e nacionalização dos principais serviços sociais, entre eles a educação, passando o Estado a ser o único fornecedor de serviços no sector da educação e fazer da educação não apenas um direito, como também um imperativo para o desenvolvimento nacional (Massimaculo, 2010).

Desde então, Moçambique tem desenvolvido políticas de educação que resultam na implementação de Sistemas, Planos Estratégicos e, conseqüentemente currículos, com o objectivo fundamental de melhorar a qualidade de aprendizagem, por entender que a mesma está profundamente ligada à qualidade de educação em si.

Porém, para que estas políticas atinjam seus objectivos, Moçambique recorre à cooperação internacional, considerando-a um processo de coordenação de políticas por meio do qual os actores (Estados e/ou organismos envolvidos) ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas dos outros actores. Para este caso, o objectivo é implementar as políticas traçadas e alcançar uma educação de qualidade (Machava, 2015).

Dentre vários parceiros, a República de Cuba tem apoiado o país em vários sectores sociais das quais, a educação. Estas actividades são sustentadas por acordos bilaterais onde os dois actores têm direitos e deveres a cumprir e, periodicamente é realizada uma avaliação parcial e conjunta a fim de aferir o grau de implementação e alcance de objectivos. Porém, a nível científico, poucos registos existem em volta desta matéria, considerada de grande impacto para o desenvolvimento das relações de cooperação entre os dois países bem como o fortalecimento, intercâmbio e crescimento dos programas educativos.

1.2. Estrutura da Dissertação

O estudo está estruturado em quatro capítulos, os quais estão organizados da seguinte forma:

No Primeiro Capítulo, procurámos fazer o enquadramento, a descrição do contexto da realização da pesquisa, exercício a partir do qual identificámos as bases que orientaram toda a investigação. Para compreendermos o nosso problema de pesquisa, os objecto, as hipóteses e a relevância da pesquisa.

O Segundo Capítulo, abordamos questões de metodologia de pesquisa, no qual são enunciados os procedimentos metodológicos adoptados no estudo, feita a delimitação da unidade empírica e definem-se as técnicas de recolha de dados, para a concretização da investigação.

No Terceiro Capítulo está reservado para revisão da literatura, com o objectivo de análise dos estudos realizados sobre o Impacto da cooperação Cuba-Moçambique no Desenvolvimento da Educação em Moçambique.

No Quarto Capítulo, insere-se a descrição e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, a partir de categorias construídas com base nos objectivos e na pergunta de partida e interpretada à luz da revisão da literatura. Apresenta a interpretação de dados obtidos através das entrevistas elaboradas.

E finalmente apresentamos a conclusão obtida na pesquisa e bem como as suas recomendações.

1.3. Problema de Pesquisa

Para qualquer país, a educação é tema de maior interesse e prioridade, pois não é possível pensar na formação dos cidadãos que uma nação necessita, ou a economia e o desenvolvimento social que ela requer sem levá-la em consideração, independentemente do modelo que se tenha proposto como paradigma.

Neste sentido, em Cuba a educação constitui um dos pilares fundamentais, sendo também um compromisso vital que o Estado tem com sua própria sociedade. E esse preceito se cumpre porque existe uma estreita coordenação entre as políticas e estratégias que o país formula para o desenvolvimento educacional e o avanço económico e social dessa demanda, o que é favorecido pela ampla conciliação de toda a sociedade e a consciência de que a educação é uma tarefa da qual todos participam de uma forma ou de outra e, portanto, deve ser também responsabilidade de todos, embora corresponda ao Ministério da Educação a função estatal de dirigí-la, orientá-la e controlá-la em todos os níveis (Lopes, 2011).

Ainda o mesmo autor refere que essa declaração de princípios sobre a importância da educação não seria suficiente se não tivesse o aval legal, por isso a Constituição da República de Cuba vigente desde 1976, refere em vários de seus artigos os princípios e objectivos fundamentais que se formulam para educação, na qual é preciso que o “Estado Socialista, como poder do povo [...] garanta [...] que não haja nem uma criança que não tenha escola, alimentação e vestimenta; que não haja jovem que não tenha a oportunidade de estudar; que não haja pessoa que não tenha acesso ao estudo, à cultura e ao esporte...” enquanto “orienta, fomenta e promove a educação, a cultura e as ciências em todas suas manifestações”(Valdez, 2012).

Assim, por sua vez, Moçambique possui uma realidade profundamente distante da ao governo de Cuba. Em Moçambique o sistema educativo é característico ao recurso a um modelo obsoleto e rudimentar, isto é, prevalece uma descoordenação absoluta entre as políticas e estratégias globais bem como com todos os actores da cadeia de valor do sistema educativo, onde se prescreve uma elevada desfasagem entre o pagamento de honorários dos professores e as suas horas de trabalho, ausência de material básico para o ensino que se verifica em todos os níveis de ensino, ausência de infraestruturas, etc. Neste contexto o sector da educação em Moçambique, prevalece com profundos desafios para o desenvolvimento do país.

Sendo que Moçambique possui laços de cooperação internacional com o governo de Cuba, tem-se que esta cooperação é conceituada como a situação em que “as políticas efectivamente empreendidas por um governo são vistas pelos seus parceiros como facilitadoras da realização de seus próprios objectivos, como resultado de um processo de coordenação política” ou melhor, “a cooperação é entendida como oposta ao conflito e à competição. Sabe-se que a cooperação internacional é mais do que mero auxílio exterior. É um conjunto dos esforços desenvolvidos conjuntamente para que um país preste auxílio a outro país, no quadro de uma verdadeira associação, em resposta ao pedido formulado pela nação beneficiária.

É daí que se reflete como preocupação desta pesquisa a configuração dos benefícios, do valor acrescentado e das desvantagens que se esperam para a educação em Moçambique frutíferos desta cooperação com o governo de Cuba.

1.3.1. Pergunta de pesquisa

O presente estudo tem o seu escopo ancorado na cooperação bilateral para o desenvolvimento da educação em Moçambique. Atendendo e considerando que esta cooperação deve ser para o benefício do povo, nasce a seguinte grande questão: *quais são as vantagens e desvantagens da cooperação Cuba-Moçambique no Desenvolvimento da Educação em Moçambique?*

1.4. Hipóteses

Para a confrontação e resposta destas perguntas, coloca-se como hipótese de estudo:

- A cooperação Moçambique-Cuba, no sector da educação trouxe vantagens significativas para o sistema educativo em Moçambique.

1.5. Objectivos

1.5.1. Objectivo Geral

- Compreender o impacto da Cooperação Cubana no desenvolvimento da educação em Moçambique.

1.5.2. Objectivos específicos

- Identificar as áreas de Cooperação Cubana no sector da educação;
- Caracterizar as acções desenvolvidas no âmbito da cooperação no sector da educação;
- Identificar os interesses do Governo de Cuba com o Moçambique; e
- Ilustrar as vantagens ou desvantagens obtidas no âmbito dessa cooperação.

1.6. Justificativa

A escolha do tema “Impacto da Cooperação Cuba-Moçambique no Desenvolvimento da Educação em Moçambique” surgiu do interesse pessoal em compreender o fenómeno ligado à cooperação na área de educação em Moçambique.

“A educação é a estrada mestra para a preparação dos recursos humanos necessários ao crescimento de um país e ao seu desenvolvimento (Mosca, 2010)” e Moçambique não foge desta acção. Moçambique foi colonizado por Portugal desde 1498, aquando da passagem de Vasco da Gama por Ilha de Moçambique, durante a sua viagem às Índias.

Desde a época da Luta de Libertação Nacional até o surgimento da I República (monopartidária), desenvolvimento do multipartidarismo até os dias recentes, Moçambique sempre presou desenvolver laços de cooperação com várias entidades tanto nacionais, quanto internacionais. Uma vez que o presente estudo tende a analisar o impacto da cooperação no desenvolvimento da educação em Moçambique, urge a necessidade de perceber a filosofia da cooperação internacional.

1.6.1. Relevância Económica e Social

A sociedade é a criadora das normas, das regras e dos parâmetros da educação. Não podemos pensar a educação sem termos em mente a sociedade na qual ela está aplicada. Portanto, devemos ter em mente, quando consideramos a educação, que a sociedade, como o Homem, não é estática e, por isso, está em constante transformação. Então, a sociedade e o ensino devem estar sempre em harmonia de pensamento e concepções para que não caminhem em estradas opostas e não deixem de propiciar a possibilidade de formação integral dos seus membros. A sociedade pode ser definida como a chave mestra do pensar do ensino, pois este reflete as aspirações e as necessidades do de todo social.

1.6.2. Relevância Académica

Sendo esta uma linha de governação que o país experimenta, nasce assim um campo fértil para investigação em diferentes áreas de maior interesse e bem como a presente pesquisa serve de valor acrescentado para outros investigadores, que poderão se beneficiar de conteúdo ligado à cooperação uni e bilateral no ramo da educação.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

2.1. Natureza de Pesquisa

Quanto à natureza, a presente pesquisa é aplicada, com uma abordagem qualitativa aplicada uma vez que objectiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos de interesse local. A abordagem qualitativa visa entender um fenómeno, através da avaliação, compreensão e classificação dos processos dinâmicos em volta da cooperação face ao alcance da qualidade da educação em Moçambique. Esta pesquisa caracteriza-se fundamentalmente pela descrição das características de uma determinada população ou fenómeno e estabelecimento de relações entre suas variáveis, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de colecta de dados (SILVA, at all, 2001).

2.2. Tipo e Técnica de Pesquisa

Devido a complexidade do assunto e fontes de dados, é uma pesquisa descritiva, envolvendo levantamento bibliográfico e documental e entrevistas.

Sabe-se que pesquisas descritivas têm como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno. Isto é, consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de factos ou fenómenos, avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chave (Gil, 2008). A presente pesquisa delinea-se em estudos de avaliação de um conjunto de programas que dizem respeito à procura dos efeitos e resultados da cooperação intersectorial ou método específico de actividades ou serviços ou no sistema educativo.

Para Gil (2008) a pesquisa bibliográfica oferece meios para definir e resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas e, é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos ou, procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos (livros, artigos publicados em revistas e jornais). Daí que a presente pesquisa, recorreu especificamente os artigos escritos por vários autores sobre o sistema e o desenvolvimento da

educação em Cuba, aos relatórios do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) de Moçambique, que relatam as acções dos programas implementados no âmbito da cooperação com outros países e a comentários de especialistas encontrados em páginas *online* sobre a cooperação Moçambique-Cuba no sector da educação com vista a compreender que o problema que é explicado cientificamente com base em ideias de certos autores.

Por outro lado, parafraseando Gil (2008), para além das fontes referidas anteriormente foram utilizados documentos elaborados pela Agência do Governo de Cuba para o Desenvolvimento, utilizando registos episódicos e privados ou os “chamados dados encontrados, que são constituídos não apenas por objectos materiais, mas também por vestígios produzidos” por dado fenómeno sendo então a pesquisa documental.

A entrevista é também uma das técnicas de colecta de dados utilizada nesta pesquisa e pode ser definida como um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a colecta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Marconi & Lakatos, 2022).

Porém, devido ao tipo e nível deste estudo, aplicou-se entrevistas semi-abertas para obter informações mais introspectivas em relação aos laços entre os dois países na área de educação, que é bastante empregue em “situações experimentais, com o objectivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas” por “grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica” (Gil, 2008).

2.3. População e Amostra

Tratando-se de um estudo qualitativo em que a população e o fenómeno em estudo pode trazer vários conceitos e análises, houve necessidade de recorrer a informações por via das entrevistas que sustentaram as constatações obtidas na pesquisa, através dos gestores das instituições que lidam no seu dia-a-dia com matérias ligadas a cooperação no sector da educação e, é daí que a presente pesquisa teve como população funcionários afectos à área de Cooperação na Educação (CE), da Embaixada de Cuba em Moçambique (ECM), funcionários

da Direcção de Planificação e Cooperação (DIPLAC) do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e técnicos do Departamento de Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), aplicando-se a amostragem por saturação, tendo em conta os quatro grupos focais acima arrolados.

2.4. Instrumentos de recolha de dados

Para a obtenção dos dados da amostra, foi usado o guião de entrevista como instrumento de recolha de dados, direccionado aos intervenientes chave escolhidos intencionalmente.

De recordar que entrevista que é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional com vista a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema, porque oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (Trivinos, 2008).

Tal como referido antes, aplicou-se a entrevista semi-aberta. Esta entrevista sem muita estruturação, requer que o pesquisador respeite o foco de interesse temático, isto é, entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto.

2.5. Aspectos éticos

Tratando-se de um estudo que pessoas, foram observadas as seguintes questões éticas:

- Solicitação de credenciais da Faculdade de Direito para apresentação junto aos serviços seleccionados para o estudo;
- Uso de plataformas digitais para facilitar as entrevistas (devido à necessidade de isolamento face à COVID-19)

- Garantia de anonimato através da omissão da identidade dos participantes na entrevista e na presente dissertação;
- Garantia da confidencialidade dos resultados da pesquisa, sendo apenas apresentado em dissertação e em defesa pública.

CAPÍTULO III – Revisão de Literatura

3.1. Educação

Desde os Grécia a educação é vista como o alicerce de uma sociedade. A palavra *Paidéia* era usada em referência ao ápice do processo educacional, pois significava a formação integral do homem, não apenas o ler e escrever, ou seja, a informação – o informar. A formalidade do ler e escrever simplesmente significa a trajetória desenvolvida pela sociedade (Sousa, 2005).

Alves (2016), refere que o ser humano é dotado de características singulares que o transformam em único, particular em função de sentimentos, raciocínio, emoções, habilidades e concepções que formam seu caráter e repercutem em seu comportamento. Na formação desta singularidade existem actividades, acções que sedimentam uma personalidade, dentre estas actividades está a educação, ferramenta inerente ao próprio ser humano e que o acompanha desde o seu nascimento. Para Freire (1999, p. 43), “Não há educação fora das sociedades humanas, e não há homem no vazio”, por isso mesmo podemos afirmar que sua ocorrência se dá em várias esferas do convívio humano.

De acordo com Machava (2015), a educação é um fenómeno muito antigo, assim como a própria aventura da humanidade. Daí que sempre que se fala do ser humano, está subjacente uma forma de ver, de interpretar a realidade e de projectar o futuro. Assim, grandes civilizações que marcaram a história do passado não tiveram escolas, uma vez que a divisão social do trabalho não tinha atingido o nível de complexidade que demandasse maior racionalidade na transmissão de conhecimentos, aptidões, atitudes e valores específicos para o exercício profissional. Assim, este processo decorria com a normalidade da vida das comunidades que residiam o território moçambicano.

Para Piaget (1998, p. 33), “A educação é, por conseguinte, não apenas uma formação, mas uma condição formadora necessária ao próprio desenvolvimento natural”, com isso, entende-se que o ser humano, para desenvolver-se, precisa ser colocado em ambiente que favoreça o seu processo educativo. Então, em toda parte e a todo instante a educação acontece, nas relações com o outro, com o meio, nas acções quotidianas, nas trocas de informações, nas

transmissões e recepções mútuas de conhecimentos. Tais acontecimentos independem da escola, embora esta seja de grande relevância na sociedade humana. Conceber a educação fora dos espaços formais de ensino não significa minimizar a importância que estas instituições têm. Sendo o próprio desenvolvimento natural do humano, seja qual for a forma com que se dará a educação, e seja qual for o espaço em que irá ocorrer, é certo que acontecerá e isso implica também formar valores humanos.

A educação escolar não deixa de ser uma necessidade social, a qual desenvolve o conhecimento para que o homem se torne o mais consciente possível em seu meio, potencializando sua capacidade de ação. Com a evolução e o desenvolvimento tecnológico as ferramentas de trabalho humano têm-se tornado cada vez mais complexas, exigindo um mínimo de aptidão, capacidade de escolher entre várias alternativas, e entendimento dos manuais de instrução, que tornam a leitura uma necessidade, além da compreensão de textos e da interpretação de gráficos e tabelas, bem como, da capacidade de lidar com as novas tecnologias. O analfabetismo, absoluto ou funcional, é um factor limitante para quase todos os exercícios profissionais contemporâneos, além de a todo momento surgirem novas exigências que geram diferentes profissões, cada vez mais dependentes de conhecimentos específicos (Marques, 2006).

Para Lima (2016), ao iniciar sua reflexão com relação à parte positiva da educação física, Kant afirma claramente que esta trata-se da cultura. Uma cultura, cuja prática “consiste no exercício das forças da índole”, e dessa forma, seja possível aos pais estabelecer para seus filhos ocasiões que lhes sejam mais favoráveis. Nesse sentido, o filósofo insiste na importância de se abdicar do uso de instrumentos, tais como faixas e o carrinho, para que a criança possa engatinhar livremente até que possa aprender a caminhar por si mesma, e assim, nada a impeça de fazer uso de sua habilidade natural. Em seguida, Kant apresenta exemplos de realidades nas quais o ser humano faz uso de instrumentos artificiais, que na visão do filósofo, poderiam ser substituídos por atitudes naturais, sem prejuízo dos efeitos a ser alcançados (tudo isso) em nome de um fortalecimento do ser humano que, evidentemente, deve ser trabalhado desde a mais tenra idade. Nas linhas que se seguem, destacamos um exemplo daquilo que diz o pensador a respeito:

Assim, servimo-nos de uma corda para medir certa distância, mas pode-se fazê-lo simplesmente com o olhar; valemo-nos de um relógio para determinar a hora, mas bastaria olhar a posição do sol; servimo-nos de uma bússola para nos orientar numa floresta, mas podemos sabê-lo também observando o sol, se é de dia, ou as estrelas, se é de noite. Acrescentemos que, em vez de nos servirmos de um barco para atravessar a água, podemos nadar (KANT, 1999, p. 53)

Nessa perspectiva, percebe-se um filósofo preocupado em apontar para uma educação na qual se possa lançar as bases, para permitir que aquele a quem estamos educando possa evoluir neste processo constante e necessário. Assim, a quem educa cabe a tarefa de apontar caminhos e a quem está sendo educado, cabe exercitar seus próprios instrumentos naturais para fazê-lo. Por vezes, aquele que educa sente-se tentado a querer facilitar o caminho dos seus educandos, dando-lhes instrumentos artificiais que provavelmente encurtariam caminhos e queimariam etapas, e aí está o perigo de se perder a grande oportunidade de realizar uma educação que, embora difícil, seja a mola propulsora para que as crianças de uma geração possam ser os adultos ideais na geração futura (Lima, 2016:34).

3.2. Educação em África

Ristein & Alein (2012) referem que na última década, as matrículas escolares nos países de baixa renda da África aumentaram acentuadamente em todos os níveis de ensino. A taxa bruta de matrícula primária (GER) cresceu em média 3,1 pontos percentuais por ano entre 1999 e 2009, em comparação com apenas 0,8 pontos percentuais por ano na década de 1990 na amostra de 33 países de baixa renda da África. As matrículas no ensino médio e superior também estão crescendo rapidamente, embora a partir de uma base menor.

Como resultado, houve uma mudança ascendente na relação entre a expectativa de vida escolar e o produto interno bruto (PIB) per capita. A expectativa de vida escolar, por exemplo, mais que dobrou entre 1990 e 2009 em países com um PIB per capita de cerca de US\$ 150 (a preços constantes). Os países mais ricos também experimentaram aumentos na expectativa de vida escolar, embora os ganhos foram mais modestos. Custos unitários decrescentes e dados demográficos mais favoráveis explicam parte dos ganhos na expectativa de vida escolar. O aumento do financiamento da educação primária nos países de baixa renda da região também contribuiu para esse desenvolvimento positivo. Ainda outro impulso pode

ter vindo dos Objectivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (ONU) e do Fórum Mundial de Educação de 2000 em Dakar, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Ristein & Alein, 2012).

Apesar de alguns desenvolvimentos encorajadores, os baixos níveis de retenção estão a corroer o progresso e a maioria dos países da África não esteve no bom caminho para alcançar a conclusão primária universal (UPC) até 2015. A taxa média de conclusão primária (PCR) aumentou 20 pontos percentuais entre 1999 e 2009 na amostra de 33 países de baixa renda da África – uma média de 2 pontos percentuais por ano (Nikiema, 2019).

Hulet et al. (2014) enfatizam que a conclusão média do ensino fundamental atingiu apenas 63% no grupo amostral em 2009 (e 67% em toda a região), indicando que a maioria destes países ainda está longe da UPC. Estima-se que 35 milhões de crianças em idade escolar primária estavam fora da escola em toda a amostra de 33 países de baixa renda da África. Isso implica que o abandono de um ciclo de ensino é a via de saída dominante do sistema educativo. Uma alta taxa de evasão pode ser uma indicação de que o tipo e a qualidade do ensino oferecido são inadequados ou não atendem às expectativas e necessidades dos alunos e pais. Este volume classifica os países da África em quatro grupos para uma avaliação mais detalhada da natureza dos desafios enfrentados por cada país em sua busca pela UPC. Seis países, incluindo a Costa do Marfim e o Níger, enfrentam os maiores desafios para atingir a UPC porque devem aumentar simultaneamente as taxas de admissão e retenção. A PCR de cada país reflete a influência combinada de dois factores principais: (a) ingresso na primeira série e (b) retenção de alunos até o final do ciclo primário.

No entanto, a retenção é baixa na maioria dos países da África devido às altas taxas de evasão.

3.3. Uma breve revisão do estado actual da educação na África

Para Lakomy (2017), em relação a abundancia de literaturas do tema de estudo na africa verifica-se uma alta concentração no Quênia (41 estudos) e Uganda (21) com um número menor, mas ainda significativo, de estudos na Etiópia (17), Gana (15), Nigéria (13) e Tanzânia (13). A maioria dos estudos que identificamos concentra-se na educação primária (61%) e

quase um quarto dos estudos examina a educação secundária (24%). Menos estudos examinam a pré-primária (8 por cento), com apenas um punhado examinando o ensino superior, a educação de adultos ou a formação técnico-profissional (6 por cento e abaixo de cada).

A maioria das intervenções (72 por cento) avaliadas pelos estudos são administradas através do sistema escolar, incluindo intervenções dirigidas a professores, gestão escolar e alunos, enquanto apenas cerca de 38 por cento dos estudos são dirigidos ao nível do agregado familiar. As intervenções do sistema escolar geralmente visam aumentar a matrícula e a retenção dos alunos e melhorar a qualidade do ambiente de aprendizagem.

Essas intervenções são:

- (i) programas direcionados a professores, como pedagogia, ensino na língua materna, tecnologia educacional, incentivos e treinamentos de professores e práticas de contratação;
- (ii) intervenções no nível do aluno, incluindo programas de saúde e nutrição (por exemplo, alimentação escolar), incentivos para os alunos e insumos individuais, como uniformes, lâmpadas solares ou bicicletas; e
- (iii) intervenções em nível escolar, como construção de escolas, bolsas escolares, parcerias público-privadas, etc (Carneiro et al., 2016). As intervenções ao nível dos agregados familiares visam geralmente reduzir as barreiras económicas e sociais que impedem os agregados familiares de enviarem os seus filhos à escola – fornecendo transferências de dinheiro, fornecendo centros de cuidados de desenvolvimento infantil de baixo custo e fornecendo informação sobre aprendizagem e frequência aos pais.

A educação em África expandiu-se dramaticamente nos últimos anos, a proporção média de crianças que completam o ensino fundamental em todos os países aumentou de 27 para 67 entre 1971 e 2015 (Banco Mundial, 2020). A proporção média de crianças que completam o ensino médio em todos os países também aumentou dramaticamente, de meros 5% em 1971 para 40% em 2015. Esses são aumentos enormes, eles também demonstram o quão longe ainda há para ir. O Banco Mundial também constatou que quase uma em cada três crianças no país mediano não conclui o ensino fundamental e três em cada cinco não completam o ensino médio.

Para Evans e Popova (2016), a África é a região com pior desempenho do mundo em termos de acesso à escola por uma margem significativa, para a conclusão do ensino primário, todos os outros países atingem mais de 90 por cento. Para o ensino secundário inferior, a próxima região com desempenho mais baixo tem uma taxa de conclusão de 75 por cento, mais de 70 por cento superior aos números de África. As taxas médias de conclusão em ambos os níveis de ensino têm aumentado a uma taxa aproximadamente consistente entre 2000 e 2015, entre 1,2 (primário) e 1,1 (secundário inferior) pontos percentuais por ano. Com melhorias lineares na mesma proporção, a África alcançaria o ensino primário universal em 28 anos e o ensino secundário inferior universal em 56 anos. No entanto, o acesso provavelmente não aumentará em uma taxa linear, dado o custo marginal crescente de matricular as crianças mais difíceis de alcançar (o desafio da “última milha”), levando-as a serem subestimadas.

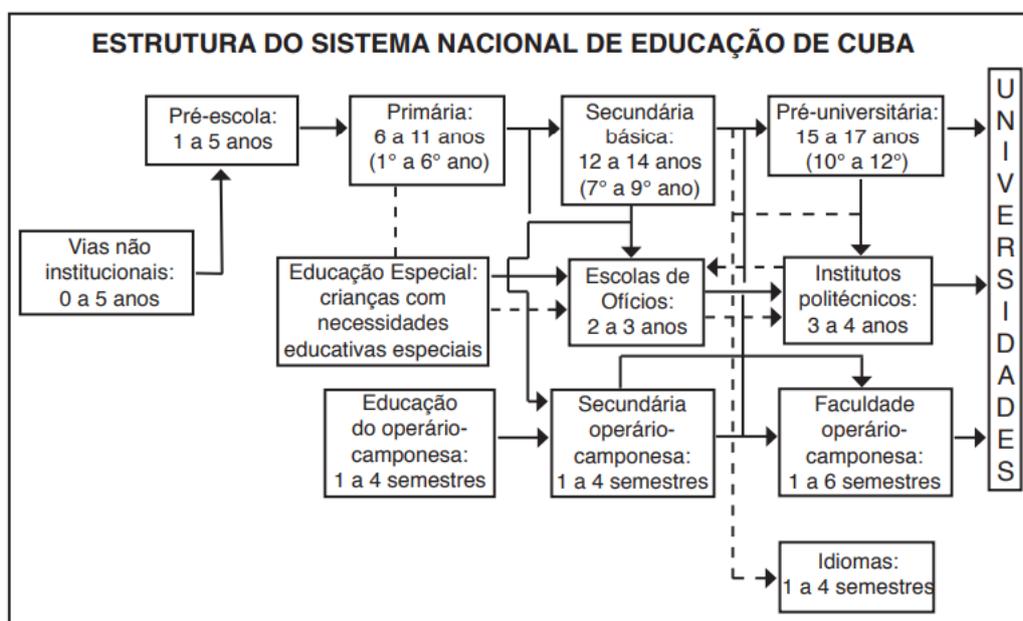
Ao mesmo tempo, a qualidade da educação na África também sofre. Evidências recentes em sete países da África Subsaariana descobriram que na terceira série, menos de duas em cada três crianças conseguiam ler uma letra e apenas cerca de metade das crianças conseguia ler uma palavra ou colocar números em ordem (Bold et al. 2017, Tabela 1). Os resultados de aprendizagem, encontrados por Patrinos e Angrist (2018), harmonizados para combinar dados de diferentes testes entre regiões revelam que, a aprendizagem para países da África Subsaariana está concentrada na metade inferior do espectro de aprendizagem, embora não sejam substancialmente mais baixos do que seria esperado para os níveis de rendimento de África.

Uma medida combinada de quantidade e qualidade da escolaridade (Filmer et al., 2020) – mostra mais países africanos com desempenho abaixo do que seu nível de renda poderia prever. Além disso, a qualidade dos resultados da aprendizagem não parece estar aumentando nos últimos anos. Le Nestour e Sandefur (2020) documentam aumentos constantes nas taxas de alfabetização de adultos entre 1940 e 2000, principalmente ligados a aumentos nas matrículas. No entanto, os dados de pontuação dos testes do Projeto Capital Humano do Banco Mundial mostram que para 35 países africanos com pontos de dados entre 2000 e 2017, as pontuações caíram para 18 países e aumentaram para 17 países (Tabela 1) (Angrist et al., 2019).

3.4. Educação em Cuba

Para Lopes (2011), o Sistema Nacional de Educação Cubano se estrutura num conjunto de subsistemas organicamente articulados, que abrange todos os níveis e tipos de educação e idades e possibilita o trânsito por eles, nas 10.954 instituições educacionais de diferentes perfis, que vão desde o círculo infantil (jardim de infância) até as universidades, com uma matrícula total que supera os 2,5 milhões de estudantes. Um breve percurso pelo Sistema permitirá ter uma caracterização de cada um dos subsistemas que o integram:

Figura 1. Sistema Nacional de Educação de Cuba



Fonte: Lopes, 2011:60

Não seria possível valorizar com objetividade o estado atual da educação cubana, suas grandes conquistas e transformações, sem analisar comparativamente a situação que hoje apresenta com a que existia antes da Revolução. O Quadro 1 mostra alguns dos indicadores mais representativos desse comportamento:

Tabela 1. Estado comparativo da educação cubana em Indicadores selecionados

Estado comparativo da educação cubana em Indicadores selecionados (dados tomados de estatísticas oficiais do Ministério da Educação)	
Antes de 1959	Na atualidade (2011)
<ul style="list-style-type: none">– 22 mil professores ativos, além de 10 mil sem emprego por falta de orçamento e escolas, população de 6 milhões de habitantes. - Orçamento da educação: 79,4 milhões de pesos, o que era objeto de roubo por parte dos políticos do momento.– 23,6% de analfabetismo na população de 15 anos, com porcentagens similares de semianalfabetos.– Escolaridade média de 3 anos.– Só 55,1% das crianças entre 6 e 11 anos estava escolarizada.– Três universidades estatais com limitado acesso.– Escasso número de alunos formados em universidades.– Seis escolas normais para formar professores. Com acesso limitado.	<ul style="list-style-type: none">– 258.126 professores e 15.741 em formação, cursando os últimos anos, população de 11,2 milhões de habitantes.– Orçamento da educação: 9,6 bilhões de pesos (2010).– 0,2% de índice de analfabetismo na população com mais de 10 anos.– Escolaridade média de 10 anos.– 99,7% das crianças entre 6 e 11 anos cursam e terminam a educação primária.– 65 universidades que permitiram levar os estudos universitários até todos os municípios da Ilha.– Um milhão de alunos formados em universidades no período de 1960 a 2010.– 16 universidades de Ciências Pedagógicas e 18 escolas pedagógicas para formar os docentes que o país precisa

Fonte: Lopes, 2011:76

Os avanços quantitativos mostrados no Quadro 1 estão vinculados a significativos avanços qualitativos, pela aplicação dos princípios básicos em que se sustenta a política educativa cubana.

A partir do período de 2010-2011, tiveram inícios novos planos de estudo e programas na Licenciatura em Educação, que dão resposta às demandas atuais na formação desses profissionais, a partir do desenho de um modelo cujo propósito principal é atingir uma maior preparação dos estudantes antes de defrontarem com o trabalho na escola, a ampliação dos perfis das carreiras que formam professores para a Educação Média e o aperfeiçoamento do papel da escola na formação, como concreção do princípio estudo-trabalho.

O novo modelo pedagógico foi montado com o intuito de formar um educador que:

- Esteja preparado para conduzir cientificamente o processo educacional na escola, obter o desenvolvimento pessoal integral do aluno, expressado no domínio do conteúdo, os métodos nos quais se apoia e as normas éticas que demonstre no desempenho da profissão.
- Oriente o aluno vocacionalmente para as especialidades mais necessárias que o país requer.
- Interaja com a família para exercer um maior protagonismo na formação integral de seus alunos.
- Utilize métodos científicos para dar soluções aos problemas surgidos em seu trabalho.
- Demonstre preparação política, jurídica, cultural, condições de comunicador que lhe permitam servir de modelo linguístico aos alunos.
- Possa identificar suas próprias necessidades de superação e agir para resolvê-las. Esses novos planos preservam e consolidam princípios presentes nos planos anteriores, nos quais se hierarquiza: o trabalho político ideológico e a formação cultural geral integral, o trabalho educativo em unidade com a instrução, a formação de um profissional de amplo perfil, que possa assumir a direção do processo educativo em mais de uma disciplina ou grau, o vínculo da teoria com a prática, com o enfoque profissional ao longo de toda a formação.

3.4.1. Desafios actuais e transformação para enfrentá-los

No período escolar 2009-2010, o Ministério da Educação empreendeu um amplo e profundo plano de transformações que envolveu todas as instituições, seus diretores, seus docentes e estudantes, também a família e demais setores da sociedade, cujo objectivo é continuar elevando a qualidade da educação para garantir que as atuais e futuras gerações estejam cada vez mais preparadas para enfrentar e resolver os problemas que o próprio desenvolvimento gera, e que possam fazê-lo com firmes convicções patrióticas e revolucionárias (MNEDH, 2013). Para esse propósito, é necessário juntar o esforço e a vontade de todos, conciliar todas as estratégias e, caso seja preciso, “revolucionar até os alicerces os

conceitos da educação”, reafirmando a ideia expressada pelo comandante em chefe, Fidel Castro, há muitos anos. Com esse intuito:

- É priorizado o trabalho político-ideológico e a educação em valores em todo o Sistema Educacional, especialmente no fortalecimento da educação patriótica e cidadã, sustentado num maior conhecimento da História de Cuba, no pensamento martiano, no pensamento de nossos próceres e líderes principais, para semear ideias nas atuais e futuras gerações, que contribuam para formar consciência por meio da educação que recebem nas instituições educativas. Daí a ênfase na “necessidade de informar, debater e conseguir um maior nível de preparação da população, em particular nos jovens”.
- Aperfeiçoa-se o trabalho preventivo e comunitário como componente importante do trabalho educativo para prevenir indisciplinas, vícios e demais condutas inadequadas.
- Dá-se especial atenção à formação laboral dos estudantes, como princípio direcionador da educação, presente no Programa Diretor para o reforço dos valores fundamentais da sociedade cubana atual.
- Aperfeiçoa-se a aplicação do “Programa Eduque o seu Filho”, no qual se garantem altos níveis de participação que têm contribuído para conseguir maior incorporação e retenção de crianças de 0 a 6 anos.
- Consolidam-se as conquistas da Educação Primária, que tem permitido atingir uma eficiência quase absoluta no ciclo.
- O Aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação na escola, no qual se reforça sua concepção psicopedagógica, que se orienta a estimular o estudo, o esforço e o aprendizado.
- É introduzida a formação pedagógica com nível médio superior nas escolas pedagógicas para formar professores primários e de pré-escolar.

- Melhora-se a formação e aperfeiçoamento dos docentes, com a implementação de novos planos de estudo e carreiras com dupla especialidade, o aumento da actividade de pesquisa e sua aplicação na actividade docente e no desenho de um sistema de aperfeiçoamento que responda às necessidades reais dos educadores.
- Aprimora-se o trabalho metodológico como via de preparação científica e pedagógica para elevar o nível do docente na aula, tomando como ponto de partida sua autopreparação, assim como o aperfeiçoamento contínuo concebido como prioridade para salvaguardar a qualidade da docência, o trabalho educativo e a actividade científica.
- Fortalece-se o trabalho com a Língua Materna em todos os subsistemas e, em particular, na formação do docente, como elemento essencial de sua preparação.
- A organização da escola especial se dirige a aperfeiçoar a atenção das crianças com necessidades especiais que precisam desses serviços.
- Fortalece-se em todos os subsistemas a aplicação dos planos de estudo vigentes nas diferentes educações com ajustes em seu conteúdo, com o intuito de atingir maior eficiência no ciclo de cada um.
- Na Secundária Básica, prioriza-se a atenção metodológica especializada dos professores orientadores até os docentes novos, para elevar o processo educativo desde o trabalho que desempenham na sala de aula.
- Trabalha-se nos diferentes centros que integram a Educação Pré-universitária na preparação dos jovens para seu ingresso na educação superior nas carreiras prioritizadas no país.
- Nos institutos politécnicos, são criadas salas de aula anexas nos centros de produção e serviços, que facilitam a incorporação de especialistas da produção

diretamente ao processo formativo de seus estudantes e um uso mais racional dos recursos disponíveis.

- Trabalha-se no fortalecimento da organização escolar e no reordenamento da rede escolar, com o emprego racional e o controle dos recursos humanos e materiais que o Estado põe em mãos da escola para a realização de seu trabalho.
- Aperfeiçoam-se os programas “Yo, sí puedo” (“Eu posso sim”) e “Yo, sí puedo seguir” (“Eu posso sim continuar”), para a colaboração internacional, como contribuição de Cuba na ajuda para eliminação do flagelo do analfabetismo em outros países.

Contudo, vale ressaltar que Cuba, que cumpriu com os objetivos de Educação para Todos, assim como com os objetivos globais do Projecto Principal de Educação da América Latina e o Caribe de Nações Unidas, tem demonstrado que é possível desenvolver uma educação com altos níveis de equidade, justiça e qualidade, ainda enfrentando condições econômicas adversas. Isso se deve ao fato de que a educação sempre esteve entre as prioridades do Estado e de toda a sociedade (Lopes, 2010).

3.5. Educação em Moçambique

Com o passar dos anos e observado o desenvolvimento técnico e com a implantação efectiva da colonização em África e Moçambique, em particular, a educação passou a tomar outro sentido. Ao contrário do que aconteceu nas áreas de influência de outros países europeus, o sistema escolar colonial constituído em Moçambique dava possibilidade formativa só para uma mínima parte da população (Gasperine, 2011). Isto é, a escola colonial defendia o projecto de dominação com a difusão de uma cultura estranha à realidade local e a criação de um estrato de “assimilados”. Portanto, ao longo de todo o período que perdurou a colonização, o sistema educativo foi sempre discriminatório, de carácter elitista e defendia interesses coloniais.

Porém, este separatismo (indígenas e assimilados face aos portugueses) formou o embrião de uma nova consciência uma vez que a cultura colonial e a organização política, económica e social dos territórios do ultramar efectivamente entravam em contraste com as

necessidades, os interesses e as aspirações dos jovens “aculturados”. Estes começaram a aperceber-se do contraste irremediável entre as promessas de igualdade e de democratização, vagamente prometido pelo colonizador no processo de assimilação.

Com o início da guerra de libertação e conseqüente surgimento de zonas libertadas, a FRELIMO viu-se a cumprir o que era definido como suas linhas de libertação do povo (educação e saúde). Desenvolveu-se nas Zonas Libertadas uma educação de massas, virada para imperativos da Guerra (Massimavulo, 2010).

A concepção de educação bem como o tipo de sociedade a ser construído, não estavam claramente definidas, o que obrigou à FRELIMO a formular e modelar o seu projecto educacional, perfilando um tipo de escola ligada ao povo, às suas causas e interesses”. Contudo, por falta de recursos humanos devidamente preparados, o grau de instrução ministrado nas referidas escolas não passava do rudimentar, orientado para necessidades das crianças tendo em conta o seu contexto cultural, aliado ao contexto da luta nacional, praticando nas escolas, paralelamente, a agricultura e outras actividades afins (Massimaculo, 2010).

Porém, para dar mais apoio às necessidades da educação, a FRELIMO contava com a cooperação dos países que davam apoio militar. Os países amigos tais como Argélia, China e Tanzânia forneciam formação e bolsas de estudo em vários países da Europa Ocidental e países socialistas aos seus quadros. É assim que a República Unida da Tanzânia acomodou em Dar-es-salam, o Instituto de Moçambique substituído pela Escola Secundária de Bagamoio, que se dedicavam a dar o ensino mais especializado e preparação para acesso ao ensino médio ou superior. De referir que, enquanto estudantes nestas escolas, os moçambicanos eram igualmente combatentes contra o analfabetismo nas zonas libertadas (Gasperine, 2011).

Em 1975, Moçambique conquista a Independência Nacional. Esta conquista fez com que a educação passasse a integrar as prioridades do país, entendendo-a como “um direito humano e um instrumento primordial para a manutenção do bem-estar, da unidade nacional e para o desenvolvimento económico, social e político através da formação de cidadãos”. Com a saída massiva dos colonos e, conseqüentemente vários técnicos em diversas áreas do saber, o país viu-se mergulhado num mar de insuficiência de instituições escolares e com a falta dos professores e técnicos para actuarem na referida área. Assim, houve necessidade de expansão das escolas que se deu através de iniciativas das populações e através das campanhas de alfabetização feitas no país.

Porém, em resposta às decisões tomadas no 3º Congresso da FRELIMO (ora, partido único do Estado) introduziu-se o Sistema Nacional de Educação (SNE) pela Lei nº 4/83 de 23 de Março. Esta Lei definiu a Educação como:

... o instrumento principal da criação do Homem Novo, homem liberto de toda a carga ideológica e política da formação colonial e dos valores negativos da formação tradicional, capaz de utilizar a ciência e a técnica ao serviço da revolução (Massimavulo, 2010)”.

A ideia central neste contexto era contribuir não só para a melhoria da qualidade do processo produtivo, mas também abarcar um maior número de pessoas no processo de transformação, visando contribuir para a formação do Homem Novo.

As políticas educacionais neste período foram largamente influenciadas pelo quadro político-ideológico e económico em vigor, associado ao tipo de relações desenvolvidas na época no quadro da guerra fria, tendo em atenção o desenvolvimento da cooperação de Moçambique com “o mundo socialista”. Na mesma época fazia-se sentir também uma influência relativa da UNESCO e da UNICEF na educação.

Uma vez que em 1980, 76% era constituída por trabalhadores-estudantes, foram introduzidos planos de estudo para trabalhadores criando alteração na composição da população estudantil. Igualmente, Moçambique recorreu à cooperação internacional (como a Itália, já opera neste sentido em diversas faculdades) para financiar projectos “integrados” de ensino e pesquisa aplicada em sectores prioritários para o desenvolvimento, e equipar instalações nas zonas escolhidas.

Realçando que este período foi marcado igualmente pelo decurso da Guerra-Civil entre 1976 a 1992, o país viu-se uma vez mais mergulhado em momentos de decréscimo de todo esforço empreendido em quase todas áreas de vida de um país, na educação em especial. Este facto fez com que os sectores sociais, incluindo a educação, passassem à secundária importância para o investimento. Por exemplo, o orçamento de educação foi reduzido de cerca de 12 por cento em 1980 para 4 por cento do orçamento nacional em 1987, o que criou uma crise financeira na educação (Bastos, 1974).

Ora, perante estas adversidades, com aprovação da Constituição da República de 1990, o Estado deixa de ser o único provedor dos serviços de educação, facto que ocorria desde as nacionalizações registadas em 1975. Neste contexto, analisado o sector da educação ao longo

do V Congresso do Partido Frelimo, reafirmou-se que a política seguida era correcta mas que ao mesmo tempo era necessário abrir a possibilidade de outros sectores da comunidade participarem no sistema de ensino, permitindo maior acesso e sucesso escolar¹.

Foi assim que, através do Decreto n° 11/90 de 1 de Junho de 1990, o Conselho de Ministros determina a autorização do exercício de actividades de ensino privado a título gratuito ou oneroso, podendo ser exercida por pessoas singulares e colectivas, religiosas e humanitárias, empresas, cooperativas, associações de pais, associações culturais, recreativas, desportivas e outras.

Este decreto autoriza as actividades do ensino privado e explicações, revogando o Decreto 12/75, que proibia as actividades do ensino privado. A parceria entre o Estado e o sector privado foi uma manifestação de cooperação onde o Governo ficaria aliviado dos encargos financeiros e permitir a participação da comunidade nos programas educacionais (Bastos, 1774).

Com o fim da guerra civil, a área da educação se desenvolveu na reabilitação das infraestruturas e instituições educacionais (reabilitação das escolas afetadas pela guerra, aumento de professores qualificados nas escolas, redução do índice da desistência, aumento de número das meninas e reorganização do sistema de alfabetização e educação de adultos).

Assim, cumpriu-se o compromisso do Governo moçambicano com objectivos e metas estabelecidas na Declaração do Milénio o que está reflectido nas políticas de desenvolvimento económico e social do país, reconhecendo o papel importante da Educação. Estes sucessos são fruto da mais estruturada e harmonizada relação com os parceiros de cooperação através de acordos sobre procedimentos e processos consultivos, incluindo revisões anuais estruturadas sobre a implementação das políticas do sector².

3.6. A Cooperação na Educação em Moçambique

O auxílio exterior é simplesmente um auxílio fornecido sem que haja necessariamente esforços desenvolvidos em conjunto para atingir um fim comum. A cooperação internacional

¹ Decreto 11/90, de 1 de Junho de 1990, que autoriza o exercício de actividades de Ensino Particular e de Explicador e revoga os artigos 1 e 6 do Decreto 12/75 de 6 de Setembro.

² Plano Estratégico de Educação e Cultura 2006-2010. Ministério da Educação e Cultura. Maputo.

pode ser um importante instrumento catalisador da prática do desenvolvimento no âmbito das relações internacionais e, em termos teóricos e conceituais, busca acompanhar as evoluções do conceito de desenvolvimento (Lima, et al, 2010).

A cooperação, nessa visão, envolve ajustes mútuos de políticas para atender às demandas uns dos outros onde os regimes e instituições internacionais aumentam a propensão de haver cooperação nas relações internacionais, na existência de interesses mútuos entre os países, porque reduzem as incertezas sobre o comportamento a ser adoptado, no sentido de prover maior previsibilidade no modo de agir entre os países e, por isso, facilitar a ocorrência de cooperação em áreas temáticas específicas das relações internacionais (Neto, et al, 2014).

De acordo com Lages & Henriques (2009) constituem motivações para cooperar: a busca de conhecimento e melhores práticas, ampliação de redes/capilaridade/alcance, complementaridade de forças, afiliação a determinada causa, busca de pessoas/talentos, prestígio dos stakeholders do parceiro/marca/história e busca de apoio financeiro.

Acima de tudo, Lima (2010) realça o aspecto desenvolvimento como uma das finalidades da cooperação internacional. Portanto, o desenvolvimento comumente usado pelas diferentes áreas das ciências sociais é referido geralmente como o avanço esperado, aquele objectivo esperado pelas políticas e projectos almejados pelos diversos actores internacionais. Portanto, o objectivo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) diz respeito à promoção do desenvolvimento econômico e social de países menos desenvolvidos (denominados pelo CAD/OCDE como receptores), por meio de diferentes estratégias, que podem envolver transferência de recursos financeiros e/ou conhecimentos técnicos especializados, entre outros (Tomazine, 2017).

3.7. Sistema Nacional de Educação em Moçambique versus Sistema Nacional de Educação da Cuba

De acordo com (DURÁN, 2010), o Sistema Nacional de Educação (SNE) da República de Cuba visa ao desenvolvimento e formação das novas gerações em um processo docente educativo integral, sistemático, participativo e em constante desenvolvimento, ao qual

o Governo concede a maior importância e que é assumido pelo Estado Revolucionário como uma de suas funções de carácter indelegável e intransferível.

Em Moçambique a educação constitui um direito fundamental de cada cidadão e é o instrumento central para a melhoria das condições de vida e a elevação do nível técnico e científico dos trabalhadores. Ela é o meio básico para a compreensão e intervenção nas tarefas do desenvolvimento social, na luta pela paz e reconciliação nacional (MINED, 1995-1999).

3.7.1. Estrutura do SNE de Cuba versus Estrutura do SNE de Moçambique

Na estrutura do SNE de Cuba, encontram-se articulados um complexo de subsistemas, caracterizados por sua integração, interacção, vínculos e relações, concebidos de maneira tal que todas as crianças e jovens possam transitar de maneira coerente através dele, são eles: Educação Geral Politécnica e Laboral, Educação Especial, Educação Técnica e Profissional, Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal Pedagógico, Educação de Adultos, Educação Superior (DURÁN, 2010).

Enquanto na estrutura do SNE Moçambicano nos termos da Lei 6/92, o Sistema Nacional de Educação moçambicano compreende: o ensino pré-escolar (destinado a crianças até 6 anos), ensino escolar (primário, secundário e universitário) e ensino extraescolar (que se realiza fora do sistema regular de ensino).

3.7.2. A Educação Geral Politécnica e Laboral

Em Cuba, a Educação Geral Politécnica e Laboral é a base e ponto de partida de todo o Sistema Nacional de Educação, a ela corresponde as seguintes estruturas: a Educação Pré-escolar, que precede à Educação Primária e está concebida para dar atenção educativa às crianças de 0 a 6 anos, seja pela via institucional no Círculo Infantil, seja pela via não institucional, por meio do Programa Social “Eduque seu filho” (Educa a Tu Hijo), ambas as

vias estão regidas pela política educacional do país e controlada pela Direcção de Educação Pré-escolar do Ministério de Educação (DURÁN, 2010).

Porém, em Moçambique o ensino secundário geral é dividido em dois ciclos: o primeiro compreende 3 classes, da 8^a à 10^a classe. Depois de completado este nível de ensino, o aluno pode continuar os seus estudos no segundo ciclo (11^a e 12^a classes), que antecede a entrada no ensino superior (MINED, 1995-1999).

3.7.3. Educação Primária

De acordo com DURÁN (2010), a educação primária de Cuba está organizada em seis anos, agrupados em dois ciclos: um de primeiro a quarto ano e outro que inclui o quinto e sexto.

Em Moçambique, o ensino primário público é gratuito e está dividido em dois níveis: o ensino primário do 1^o grau (EP1, 1^a à 5^a classes) e o ensino primário do 2^o grau (EP2, 6^a e 7^a classes).

A Lei n^o 18/2018, de 28 de Dezembro, preconiza um Ensino Primário de seis (6) classes, organizadas em dois ciclos de aprendizagem: a) I ciclo, de 1^a a 3^a classe, e b) II ciclo, de 4^a a 6^a classe. Os ciclos são unidades de aprendizagem em que o aluno desenvolve competências específicas. O professor deve criar condições para que o ensino esteja centrado no aluno e nas aprendizagens, providenciando a recuperação daqueles que tenham dificuldades de aprendizagem e garantir que todos atinjam as competências previstas no ciclo, através de uma avaliação predominantemente formativa.

As escolas primárias funcionam normalmente em dois turnos de 5 horas, um de manhã e outro à tarde. Para acomodar a expansão do sistema, algumas escolas primárias, principalmente nas cidades, funcionam em três turnos de 3,5 horas. Algumas escolas leccionam também o EP2 no turno nocturno, mas isto está a diminuir. Menos de 2% dos alunos frequentam o ensino primário em escolas privadas ou comunitárias.

Após a conclusão do Ensino Primário os alunos podem continuar os seus estudos no Ensino Secundário Geral ou no ensino Técnico-Profissional de nível básico. O ensino pré-

primário que, por lei, é parte do sistema nacional de educação é, actualmente, principalmente oferecido por creches e escolinhas do Ministério da Mulher e Acção Social, das organizações não-governamentais ou comunitárias e pelo sector privado.

3.7.4. Secundária Básica

Em Cuba, a Educação Secundaria Básica segue ao Ensino Primário organiza-se em três anos: sétimo, oitavo e nono, tem como fim a formação integral básica do adolescente e promove uma cultura geral e integral que lhe permite estar plenamente identificado com sua nacionalidade, conhecer e entender seu passado, enfrentar sua vida presente e sua preparação futura, adoptando conscientemente uma opção de vida socialista, que garanta a defesa das conquistas sociais alcançadas e a continuidade da obra da Revolução, expressada em suas formas de sentir, de pensar e de actuar (DURÁN (2010).

Esse nível de ensino é obrigatório e garante a preparação dos estudantes para seu ingresso na educação técnica e profissional, institutos pré-universitários e outros tipos de centros educacionais.

Por sua vez, em Moçambique o ensino secundário geral é dividido em dois ciclos: o primeiro compreende 3 classes, da 8ª à 10ª classe. Alternativamente, o aluno que completou a 10ª classe pode ingressar no ensino técnico-profissional, nível médio, incluindo os Institutos de Formação dos Professores (fonte).

Contudo, este ensino secundário não é gratuito. Não há exames de admissão para responder à grande procura para lugares no ensino secundário, este nível de ensino opera com turnos nocturnos, principalmente e para os alunos mais velhos (com mais de 15 anos) (MINED, 1995-1999; FTI, 2010).

3.7.5. Educação Pré-universitária

Em Cuba, segundo (DURÁN, 2010) a Educação Pré-Universitária dá continuidade à formação integral dos jovens, abarca o décimo, o décimo primeiro e o décimo segundo ano (os Institutos Pré-universitários Vocacionais de Ciências Exactas estimulam a continuidade dos estudos universitários em carreiras de ciências, enquanto que os Institutos Pré-universitários Vocacionais de Ciências Pedagógicas buscam o fortalecimento da orientação vocacional, iniciada desde níveis precedentes, com vistas ao fortalecimento da orientação profissional pedagógica à continuidade de estudos nas universidades de Ciências Pedagógicas).

Em Moçambique, o ensino pré-universitário, começa da 11^a a 12^a classe. O aluno vai a este nível depois de completado o ensino básico que é da 8^a, 9^a e 10^a classe e o aluno pode continuar os seus estudos no segundo ciclo (11^a e 12^a classes), que antecede a entrada no ensino superior ou mesmo o ensino pré-universitário.

3.7.6. Subsistema Educação Especial

Em Cuba a Educação Especial está concebida com a participação de um sistema de instituições, modalidades de atenção, serviços legais e sociais, vias de extensão, suportes profissionais, serviços especiais e recursos em função dos alunos com necessidades educativas especiais e/ou em grupos de risco. As escolas especiais têm carácter transitório, facto ao que se presta particular atenção o desenho desse processo, a preparação dos alunos, familiares e docentes até o acompanhamento e avaliação de seus resultados (DURÁN, 2010).

Em Moçambique também existem o subsistema de educação especial. As crianças com necessidades educativas especiais são divididas em dois grupos – as que apresentam um nível de afecção orgânica não muito agudo que possam ser enquadradas em escolas normais mas, com um atendimento especial e individualizado, e aquelas cujo grau de afecção é severo e devem ser atendidas em escolas especiais.

As crianças com necessidades educativas especiais são identificadas antes do início da escolarização de modo a facilitar um atendimento apropriado e oportuno. A maior parte destas

crianças é integrada em escolas normais com um sistema de apoio diferenciado. Professores capacitados sobre técnicas e metodologias de atendimento especial são responsáveis por estas crianças. O ambiente das escolas existentes tornar-se mais acessível para as crianças com necessidades especiais (MINED, 1995-1999).

3.7.7. Subsistema Educação Técnica e Profissional

Em Cuba, o Subsistema Educação Técnica e Profissional está destinado à preparação de técnicos de nível médio, que se formam com um nível escolar médio superior profissional. Também este Subsistema forma operários qualificados que se formam com nível médio (Muchanga, 2009).

Em Moçambique, o Ensino Técnico tem a responsabilidade de formar os operários e técnicos necessários devidamente qualificados, para responder às necessidades de mão-de-obra qualificada para os diferentes sectores económicos e sociais do país. Assim, os cursos técnico-profissionais serão planificados de modo a reflectir as necessidades do desenvolvimento da economia nacional e têm um carácter terminal (MINED, 1995-1999).

Para Moçambique, a prioridade em termos de expansão, centra-se na reabertura das Escolas de Artes e Ofícios e Elementares Agrícolas em razão do papel que as mesmas desenvolvem na reactivação do tecido produtivo nas zonas rurais e fixação das populações.

3.7.8. Subsistema de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal Pedagógico

Em Cuba, o Subsistema de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal Pedagógico é responsável pela formação, superação, atenção sistemática e permanente do pessoal que tem a seu cargo a função docente educativa. Uma característica essencial deste subsistema é o seu aperfeiçoamento contínuo. As transformações introduzidas em cada curso escolar aproveitam as fortalezas precedentes e a formação de professores acontece em Universidades Pedagógicas que estão espalhadas por todas as províncias e municípios do país (DURÁN, 2010).

Em Moçambique os programas de treinamento em exercício desempenham um papel fundamental na melhoria da qualidade da educação, uma vez que proporciona uma elevação contínua da competência profissional dos professores. No país, a formação inicial de professores para o Ensino Secundário é assegurada pela Universidade Pedagógica, que satisfaz as necessidades decorrentes do crescimento deste nível de ensino.

Em paralelo, são promovidos esquemas regulares e contínuos de formação, tendo como base a própria escola. São concebidos mecanismos de acompanhamento e integração dos professores recém-formados, por forma a facilitar a sua rápida profissionalização, com o apoio da UP (MINED, 1995-1999).

3.7.9. Subsistema de Educação de Adultos

Segundo (DURÁN, 2010), o Subsistema de Educação de Adultos assegura a educação permanente dos trabalhadores, camponeses, donas de casa e adultos sub-escolarizados e está estruturado em três níveis: elementar ou Educação Operária e Camponesa, nível médio básico ou Secundário Operário e Camponês e nível médio superior Faculdade Operária e Camponesa. Todos os subsistemas educacionais anteriormente mencionados têm o Ministério de Educação como organismo encarregado de dirigir, executar e controlar a aplicação da política do Estado e do Governo na actividade educacional.

Em Moçambique, segundo Nhamposse (2014) o sistema Nacional de Educação na Lei nº4/83 delineou a educação como um processo organizado para transmitir as experiências, conhecimentos e valores culturais. Assim, para fazer face a essas intenções, o SNE definiu três grandes objectivos, a saber: erradicar o analfabetismo; introduzir a escolaridade obrigatória no país e formar os quadros para as necessidades do desenvolvimento socioeconómico e da investigação científica, tecnológica e cultural.

Contudo, no que diz respeito à educação de adultos, tendo em conta o objectivo de erradicar o analfabetismo e assegurar o não retorno ao analfabetismo das pessoas alfabetizadas bem como a continuação dos seus estudos, a lei do SNE estabeleceu um subsistema da educação de adultos estruturados em três níveis nomeadamente: Ensino Primário, Ensino Secundário e Ensino Pré-universitário, todos exclusivamente para Adultos (Nhamposse, 2014).

3.7.10. Educação Superior

Em Cuba, a Educação Superior forma indivíduos altamente capacitados para dar resposta às necessidades da economia, da ciência, da técnica e da cultura da nação, em função da sustentabilidade de uma sociedade mais justa e equitativa. A missão da Educação Superior é preservar, desenvolver e promover, por meio de seus processos substantivos e em estreito vínculo com a sociedade, a cultura da humanidade (HORRUITINER, 2006:6 citado por DURÁN, 2010). O Ministério de Educação Superior é o organismo encarregado de dirigir, executar e controlar a política do Estado e do Governo em relação à Educação Superior.

Por sua vez, em Moçambique, o Ensino Superior compete assegurar a formação, ao nível mais alto, de técnicos e especialistas, nos diversos domínios do conhecimento científico, necessários ao desenvolvimento do país e realiza-se em estreita ligação com a investigação científica (MINED, 1995-1999).

As políticas de desenvolvimento do ensino superior a médio prazo priorizam a expansão do acesso e a melhoria da qualidade do ensino. A expansão do ensino superior observa, nunca podendo pôr em causa, a melhoria da qualidade do ensino. Implicitamente, está aqui considerado o aumento da eficácia no que respeita à qualidade e relevância dos graduados, a investigação, a prestação de serviços, a diversidade e representação regional (idem).

Contudo, notamos que o Sistema Nacional de Educação vigente em Moçambique é muitíssimo semelhante ao sistema de Cuba e podemos dizer que é possível que Moçambique tenha copiado a estruturação de Cuba.

CAPÍTULO IV – Apresentação e Discussão dos Resultados

4.1. A Cooperação Cubana em Moçambique

A República de Cuba é um dos países que coopera com Moçambique em várias áreas, e na Educação em especial. O primeiro acordo de cooperação entre os dois países (na área da educação) data de 27 de Novembro de 1981 (Tamayo, 2017).

Este acordo tinha como objecto dar assistência e assessoria na implementação de vários programas e planos de desenvolvimento da Educação em Moçambique, o que é factualmente apoiado por Lages & Henriques (2009) quando referem a busca de conhecimento e melhores práticas entre os actores. Duma forma específica, Cuba vem oferecendo apoio directo nas actividades, oferecendo assessoria e/ou assistência técnica bem como oferecendo bolsas de estudo para profissionais e/ou estudantes moçambicanos.

Decerto que há muitos actores cooperando com Moçambique, mas a República de Cuba toma lugar de destaque para o presente estudo devido ao longo percurso histórico, ideológico-político e técnico que os dois países partilham ao longo dos quase 40 anos de vigência de cooperação, contando com as acções desenvolvidas e os resultados observáveis em muitos sectores de desenvolvimento. Como tal assim, desde o início da cooperação, para além de quadros cubanos que desenvolveram e desenvolvem várias actividades em Moçambique no quadro de apoio directo às diversas políticas de desenvolvimento – tendo a Educação em destaque, muitos cidadãos moçambicanos receberam (e ainda continuam a receber) apoio no âmbito de bolsas de estudo para formação de base, especialização e/ou capacitação nas diversas áreas do saber.

Nestes acordos, os dois actores tem direitos e deveres a cumprir e, periodicamente é realizada uma avaliação parcial e conjunta a fim de aferir o grau de implementação e alcance de objectivos. Porém, a nível científico, poucos registos existem em volta da matéria, considerada de grande impacto para o desenvolvimento das relações de cooperação entre os dois países bem como o fortalecimento, intercâmbio e crescimento dos programas educativos.

Considerando as várias acções conjuntamente desenvolvidas, cabe a este trabalho avaliar o seu impacto. Porém, não trabalhou-se com toda extensão do acordo, confinando o

estudo para o período de vigência do Plano Estratégico da Educação que tinha como objectivos estratégicos:

- Consolidar o subsistema existente através de uma melhoria da eficiência interna;
- Melhorar a qualidade do processo de ensino – aprendizagem;
- Fortalecer a capacidade de governação, financiamento, administração e monitoria do subsistema, em todos os níveis.

Há que observar que no período em alusão, a Cuba vem apoiando Moçambique com cerca de 55 técnicos e/ou professores nas diversas áreas de actuação, nomeadamente: a assistência técnica para o ensino de Ciências Naturais, Ciências Sociais, Matemática, Tecnologia da Informação e Comunicação, Música, Ofícios e Educação Física nos Institutos de Formação de Professores, na implementação de Alfabetização e Educação de Adultos e atenção à crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Considerando a melhoria da educação e alargamento da taxa de literacia no país, torna-se imprescindível tomar como variáveis a qualificar a formação de professores e a alfabetização e educação de adultos.

4.2. Áreas da actuação no sector da Educação da Cooperação Cubana

A cooperação Cuba – Moçambique, sempre deu prioridade á Educação, área esta que os cubanos sempre se interessaram, salientando o seu carácter vital na formação dos recursos humanos para o desenvolvimento social e económico tendo milhares de bolseiros moçambicanos estudado naquele país e centenas de profissionais cubanos trabalhado no país africano concretamente em Moçambique. Importa referir que esta cooperação teve mais importância nas áreas do ensino Profissional, formação de professores e Educação de Adultos.

4.2.1. Formação de professores em Moçambique

O desenvolvimento do país em todas as vertentes depende de vários factores, dentre os quais a qualidade de ensino e aprendizagem assegurado pelo professor. Neste contexto, a gestão de professores, desde a sua formação até ao exercício das suas funções é importante e deve ser acompanhada e merecer toda atenção. Dentre os vários factores que contribuem para a relevância e qualidade do processo de ensino-aprendizagem consta o professor qualificado, consciente, criativo e motivado de modo a atingir as metas estabelecidas pela política e programa do Governo.

Segundo o estudo holístico da situação do professor em Moçambique (Morin, 2017), a qualidade de Educação de um país deve ser estudada, analisada com profundidade e numa esfera globalística, deve-se tomar como ponto de partida, o que define Moçambique em termos socioeconómicos, políticos, demográficos e culturais. É importante saber como é que os intervenientes deste processo o percebem, que aspirações eles têm, quais as barreiras que precisam transpor para se sentirem valorizados e contribuírem de forma eficiente na melhoria da qualidade do ensino.

Para responder aos vários desafios da melhoria da formação dos professores é fundamental a sua autonomia e capacidade de acção. Moçambique, para se adquirir autonomia, necessita duma entrega e criatividade dos agentes educativos. Vários debates indicam a pertinência do desenvolvimento de políticas que promovam uma prática docente que consolide a teoria e a prática através de capacitações visando a melhoria da qualidade de ensino e do desenvolvimento profissional dos docentes.

Há uma necessidade de reflectir profundamente na formação dos professores, incluindo a questão da transversalidade de modo que o professor esteja motivado a enfrentar o campo de trabalho respondendo aos desafios de um mundo num todo.

Tabela 2. Estágios da formação de professores

CURSO	MODELO	NÍVEL	SIGLA
Formação de professores do Magistério primário	(5º ano do Liceu + anos);	Básico	
Formação de professores de posto escolar	(4ª classe + 4 anos);	Básico	
Formação de professores	6ª + 6 meses	Básico	
Formação de professores	6ª+1 ano	Básico	
Formação de professores	6ª + 2 anos	Básico	EFEP
Formação de professores	8ª + 2 anos	Básico	EFEP
Formação de professores	9ª + 1 ano	Básico	Faculdade de educação. UEM
Formação de professores	9ª + 2 anos	Básico	EFEP
Formação de professores	9ª /10ª + 3 anos	Básico	IMP
Formação de professores	6ª /7ª + 3 anos	Básico	CFPP
Formação de professores	10ª + 2 anos	Médio	IMAP
Formação de professores	10+ 1 + 1ano	Médio	IMAP
Formação de professores	10ª + 2,5 Anos	Médio	ADPP
Formação de professores	10ª + 1 ano	Médio	IFP
Formação de professores	12ª + 1 ano	Médio	IFP
Formação de professores	12ª ou equivalente + 4 anos	Bacharelato	UP
Formação de professores	5 anos Licenciatura	Médio	UP
Reciclagem de professores de curta duração	duas semanas, um, dois, três, quatro meses	Médio	UP

Fonte: INDE/MINED, 2010 e MINEDH, 2017

De salientar que esses modelos vão evoluindo com o tempo, o exemplo disso são os cursos de licenciatura na Universidade Pedagógica (UP) que actualmente têm a duração de 4 anos para melhorar cada vez mais o processo de ensino e aprendizagem.

4.2.2. Educação de Adultos e a Cooperação cubana

A cooperação de Moçambique com a Cuba após a independência é de longa história, pois com envio de alunos para Cuba de forma a continuar os seus estudos no ensino secundário, outros seguiram para a fase superior.

A partir 1987 nota-se a chegada de muitos professores cubanos para apoiar o sector de Educação sobre tudo na área de alfabetização e formação de professores, a chegada deles a Moçambique na área de educação teve um reflexo bastante positivo na organização do processo de ensino e aprendizagem em Moçambique na área de educação de adultos, para o caso dos cubanos que estavam afectos no MINEDH/DINAEA com função de apoiar o desenvolvimento do Sistema Nacional de Educação (SNE).

Segundo a lei do SNE 6/80, primeiramente o subsistema Nacional de Adultos foi desenvolvido até o 3º ano que equivale a 5ª classe, mas devia progredir até 4º e 5º ano, depois tinha-se que entrar até ao ensino Secundário, os professores cubanos, afectos no nosso Ministério, trabalharam muito na consolidação do subsistema de Educação de adultos, apoiaram no desenvolvimento do material do 4º e 5º ano, de forma a garantir a continuidade dos educandos que terminavam o 3º ano pois o desenvolvimento da economia depende de pessoas formadas.

A Educação Nacional Desenvolveu um trabalho intenso para a organização dos cursos noturnos onde milhares de jovens e adultos entre outros operários se formaram. Nessa altura houve necessidade de se produzir e adaptar os programas de ensino, uma vez que os programas de ensino para crianças eram diferentes dos programas de adultos, nesta fase tratavam-se de pessoas com alguma experiência de vida e de trabalho, assim, a Direcção Nacional teve que fazer uma adaptação dos programas de ensino no sentido de adequar esta população alvo, e garantir a parte organizacional, como produzir orientações metodológicas específicas, produzir regulamentos de avaliação e de natureza pedagógica para garantir o funcionamento pleno das instituições, o que não era suficiente pois para orientar o ensino e aprendizagem era necessário ter professores, eram professores que trabalhavam de dia e sem experiência de trabalho com adultos e jovens, e paralelamente a este trabalho de organização pedagógica de ensino no período noturno, também a Direcção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos se concentrou na formação e capacitação dos professores que iam trabalhar no período noturno.

É verdade que a pedagogia é vasta, mas tem uma outra componente muito importante que é a Andragogia (Componente da Pedagogia que cuida do ensino de adultos), uma vez que eles já tinham o conhecimento psicopedagógico e não tinham esta componente de andragogia. Desenvolveu-se um trabalho de natureza didáctica e metodológica para professores que vinham do ensino primário, num período pós-independência onde a pedagogia predominante na altura era a pedagogia centrada no professor com um carácter fortemente tradicional.

Neste período desenvolveu-se materiais no sentido de fazer uma mudança no estilo de aprendizagem, porque os professores estavam enraizados no método expositivo, tendo como ideia principal, fazer uma revolução pedagógica e política também ao sair da pedagogia tradicional para a pedagogia moderna centrada no aluno., A própria filosofia da abordagem moderna insere em si o respeito à dignidade humana, onde se encontram eclodidos os aspectos da educação para a cidadania, que é a educação patriótica, onde teve-se que se introduzir uma pedagogia baseada nos métodos e técnicas de ensino participativo. Daí a grande contribuição dos professores cubanos em começar a consciencializar os professores sobre o uso dos métodos participativos na sala de aulas.

Pode-se ligar ao construtivismo na sala de aulas onde o educando era o centro do processo de ensino e aprendizagem, aquela palavra-chave (Ensinar a apreender a apreender) e passar a figura de facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Isto significa ensinar o saber fazer, daí verifica-se o impacto da cooperação, que é a saída de uma pedagogia estreitamente tradicional e a passagem para uma pedagogia moderna onde o aluno é o epicentro do processo do ensino e aprendizagem e com uso dos métodos e técnicas do ensino participativo. Pois a mudança de comportamento é um processo lento e gradual.

Haviam centros de Alfabetização e Educação de Adultos, onde tinha muitos formadores sem a formação psico – pedagógica e sem a conclusão do nível de escolaridade um pouco altos, como a 9ª classe daí que os professores cubanos reforçaram o nível de escolaridade dos profissionais que estavam nesses centros de AEA, pois para revolucionar a pedagogia e melhorar a qualidade de ensino, implicaria uma formação cada vez mais elevada dos professores, para tal, foram produzidos manuais, módulos para os profissionais que estavam no Instituto da Beira tais como: geografia, história, língua portuguesa, Matemática e outros, o que facilitou para os formandos fazerem os seus exames da 9ª classe e terminaram com sucesso o antigo sistema.

Para os Funcionários que estavam afectos no MINEDH, Direções Provinciais e que não tinham terminado a 9ª classe também usaram os mesmos módulos de forma a concluir com os seus estudos onde alguns deram continuidade até ao ensino Superior.

Uma vez que após a proclamação da independência, muitos funcionários abandonaram o país tanto na educação como na saúde, o Governo adaptou a política da massificação da Educação. Para tal era necessário ter professores, escolas que não havia, facto que levou ao governo a orientar a oferta do ensino básico a todas as crianças em idade escolar, independentemente das fraquezas da própria rede escolar. Daí que começa a contratação de professores não formados e muitas turmas no ar livre, pois havia um compromisso de garantir a escolaridade obrigatória, o que pode ser visto de uma forma negativa, porém, o governo conseguiu cumprir com a escolaridade obrigatória.

Daí, Cuba ofereceu formação de jovens e adolescentes no seu país e para facilitar melhor adaptação no terreno, houve necessidade de envio de alguns professores Moçambicanos para leccionarem em Cuba.

Importa referir que a Cooperação trouxe ganhos para a área de Educação de Adultos uma vez que antes da independência, o nível de analfabetismo era muito alto, pois cerca de 93% da população Moçambicana não sabia ler nem escrever, facto que levou Moçambique a se informar sobre as estratégias usadas por Cuba para garantir a redução do analfabetismo, pois Cuba em menos de 3 anos conseguiu estancar a taxa do analfabetismo no seu País, com envolvimento de estudantes. Este facto levou Moçambique também a adoptar uma abordagem de outra maneira, envolvendo estudantes no processo das campanhas de alfabetização, onde muitos dirigentes e professores passaram por este processo.

4.3. Implicações e avanços da educação Cubana em Moçambique

As diferenças de o ponto de vista de língua, constituíam um grande problema, enquanto que em Cuba, a língua falada quase por todos é o espanhol, Moçambique, tem muitos dialectos de línguas, uma vez que a questão de língua é fundamental para a qualidade de ensino e para a melhor compreensão, daí que os materiais que estão sendo feitos são em língua portuguesa mas porque a compreensão tornava-se mais fácil na sua própria língua, houve a

necessidade na produção do material em línguas Moçambicanas, Mesmo assim, notou-se que o programa de erradicação continuava lento, introduziu-se em 2004 a 2005 o programa Alfa rádio, este programa já vinha sendo usado em Cuba e em toda América Latina.

Com este programa na América Latina, consegue-se massificar o processo de Alfabetização e envolver mais pessoas. Desta forma, pode -se dizer que bebe-se de cuba esta experiência de Alfabetização via Rádio e introduziu-se aqui no - país, pois Cuba trouxe-s toda a teoria e com apoio dos seus professores, produziu-se materiais adaptáveis á Moçambique, as aulas eram transmitidas pela rádio Moçambique, onde um professor radiofónico que falava 45 minutos para milhões de moçambicanos, assim toda população que tivesse rádio, podia sintonizar a aula e acompanhar o processo de ensino e aprendizagem.

Há que referir que isto contribuiu muito para a redução da taxa de analfabetismo em Moçambique. Embora a ideia não era para terminar na Alfa Rádio, mas sim era avançar até chegar ao programa Alfa TV, pois sabe-se que a visualização é muito importante para a retenção de aprendizagem, mas felizmente conseguiu-se chegar a tv até então (Machava, 2015).

4.4. Cooperação bilateral entre Moçambique e Cuba no sector de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional

A cooperação com Cuba no domínio da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional alicerça-se nos seguintes instrumentos jurídicos:

- Acordo de Cooperação Económica e Científico-Técnica, assinado em Novembro de 1981;
- Acordo entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique e o Ministério para Investimento Estrangeiro e Cooperação Económica de Cuba sobre Condições Gerais para Prestação de Assistência, assinado em Novembro de 2001;
- Convénio de Cooperação na área de Ciência e Tecnologia, assinado em 2013;
- Convénio de Colaboração na área do Ensino Técnico Profissional, assinado em 2017;
- e
- Consensos e compromissos feitos durante a Visita de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, presidente da República de Moçambique à Cuba (Junho de 2017).

Esta cooperação, caracteriza-se fundamentalmente pelas seguintes acções:

- a) Assistência técnica residente que consiste na afetação de docentes do Ensino Superior e formadores do Ensino Técnico Profissional; e
- b) Formação de recursos humanos nos níveis de licenciatura e pós-graduação.

4.4.1. Área do Ensino Técnico Profissional

No quinquénio passado (2015-2019), Moçambique beneficiou de assistência técnica residente que consistiu na contratação de 6 professores Cubanos que lecionavam os cursos de Construção Civil e Eletricidade, nos Institutos Industrial e Comercial de Quelimane e Instituto Industrial e Comercial “7 e Setembro de Xai-Xai”.

Os professores em referência já regressaram à Cuba pelo facto de seus vínculos contractuais terem expirado em Março de 2019. No entanto, a Direcção do Ensino Técnico Profissional partilhou o interesse em continuar a contar com o apoio dos professores cubanos de modo a suprir as necessidades de formativas nas áreas de Construção Civil e Mecânica. Aguarda-se pelo o aval do Ministério de Economia e Finanças para que se assegure a disponibilidade do orçamento e subsequente materialização da acção.

4.4.2. Ensino Superior

Na área do Ensino Superior, para além das bolsas, Moçambique tem igualmente beneficiado de Docentes Cubanos que leccionam em várias áreas de conhecimento. Neste momento, 7 Docentes encontram-se em Moçambique e estão afectos a duas instituições de ensino superior, nomeadamente: (i) Universidade Eduardo Mondlane - 6 professores; (ii) Unizambeze – 1 professor.

Está prevista a chegada de mais 7 professores, a partir de Abril de 2020. Estes novos professores serão afectos ao Instituto Superior KAENDA e a Unizambeze.

4.4.3. Formação de Recursos Humanos

No âmbito da formação de recursos humanos nos níveis de licenciatura e pós-graduação 54 Moçambicanos encontram-se a frequentar diferentes cursos do ensino superior em Cuba. Deste número 37 estão sob gestão do Instituto de Bolsas de Estudo e outros estão por conta de outras entidades estatais (Ministério da Defesa Nacional) e por meios próprios.

Durante a Visita Presidencial a Cuba (em junho 2017), foi acordado o estabelecimento de um Programa de Bolsas específico para formação de futuros Médicos-Docentes. No quadro da operacionalização desse compromisso um primeiro grupo de 22 Moçambicanos partiram para Cuba em 2018 e 2019, respectivamente. O desafio é de assegurar o envio regular de um contingente razoável de estudantes, de modo a completar o número de 100 bolseiros (Médicos-Docentes), meta acordada na Visita Presidencial.

4.4.4. Tecnologias de Informação e Comunicação

Em 2015, uma delegação do MCTESTP participou na Conferência sobre Ciber Segurança, realizada em Havana. À margem da Conferência, a delegação de Moçambique e a sua contra-parte, retomaram as negociações sobre a possibilidade de estabelecimento de programas de cooperação no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação em termos de regulamentação de instrumentos.

As negociações incluíram também a discussão em volta da possibilidade de estabelecimento de um Centro de Excelência de nível Médio e Superior para formação de quadros em Informática de modo a responder á emergência de desafios neste domínio e a carência de especialistas para as áreas sensíveis do Estado como Centro de Dados do Governo, CEDSIF e Governo Eletrónico.

A cooperação com Cuba no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação justifica-se ainda pelo facto de Moçambique ter aprovado a Lei das Transações Eletrónicas (Lei nº 3/2017 de 9 de Janeiro) e pela experiência bastante consolidada de Cuba nesse domínio bem como pela possibilidade de Cuba apoiar Moçambique em termos de elaboração de

regulamentação de Ciber-Segurança e estabelecimento do CERTs – (*Computer Emergency Response Team*).

4.5. Perspetivas do governo de Moçambique na área de CTESTP no âmbito cooperação com Governo de Cuba

O governo de Moçambique, pretende maximizar a oportunidade para assegurar o fortalecimento da cooperação, através da assinatura e implementação de três instrumentos jurídicos de cooperação, nomeadamente:

- (i) ***Memorando de Entendimento, no domínio de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional-*** Instrumento que vai cobrir todas as áreas chaves do nosso sector, com enfoque para: Desenvolvimento de projectos tecnológicos e/ou de base tecnológica; Intercâmbio de cientistas, especialistas e pesquisadores; realização de conferências conjuntas, simpósios, cursos, seminários, exposições; realização de projectos conjuntos de pesquisa; troca de experiências no desenvolvimento e gestão de ciência e tecnologia, inovação, ensino superior, técnico profissional, tecnologias de informação e comunicação, incluindo documentação científica; capacitação de recursos humanos (bolsas de estudos); formação profissional e vocacional; mobilidade de docentes, formadores e estudantes; e outros interesses mútuos a serem acordados entre as Partes.
- (ii) ***Acordo de Cooperação entre o MCTESTP e a Comercializadora dos Serviços Médicos Cubanos, S.A.*** Este instrumento de cooperação visa formalizar o envio de estudantes moçambicanos à Cuba, para cursarem medicina. Acção levada a cabo pelo MCTESTP, através do Instituto de Bolsas de Estudos e Comercializadora dos Serviços Médicos Cubanos, S.A, em cumprimento aos compromissos e consensos alcançados no âmbito da Visita de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique à Cuba, em Junho de 2017.
- (iii) ***Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional da República de Moçambique e o Ministério de Comunicações da República de Cuba em matérias de Segurança Cibernética.*** Dada a

natureza e especificidade da área de segurança cibernética ficou acordado entre as partes que esta matéria deveria ser tratada ou gerida isoladamente de outras matérias de Tecnologias de Informação e Comunicação e ou afins.

Importa referir que, os três (3) instrumentos de cooperação da área de CTESTP acima referidos foram harmonizados com a parte Cubana aguardando apenas os procedimentos finais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. No que se refere aos signatários dos respetivos Instrumentos de cooperação, ainda não temos confirmação da vinda dos Ministros homólogos das áreas cobertas pelos Memorandos a serem assinados. Em caso de não fazerem parte da delegação, os instrumentos de cooperação serão assinados pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique e o Ministro de Relações Exteriores ou Ministro de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro de Cuba.

4.6. Resultados obtidos das entrevistas

4.6.1. Apresentação das Características demográficas dos entrevistados

Como referido no capítulo metodológico, foram entrevistados funcionários da área de cooperação e com elevada experiência do MINEDH, do MINEC e do MITES. Os dados referentes ao número de participantes, por categorias pessoais e profissionais, estão apresentados nos gráficos abaixo. De acordo com os critérios estabelecidos na pesquisa, foram obtidas 40 respostas ao questionário divulgado. Procedeu-se à análise de conteúdo e tratamento estatístico dos 40 inqueridos, com o uso do Software SPSS versão 25.0 e da aplicação informática MS Excel 2013.

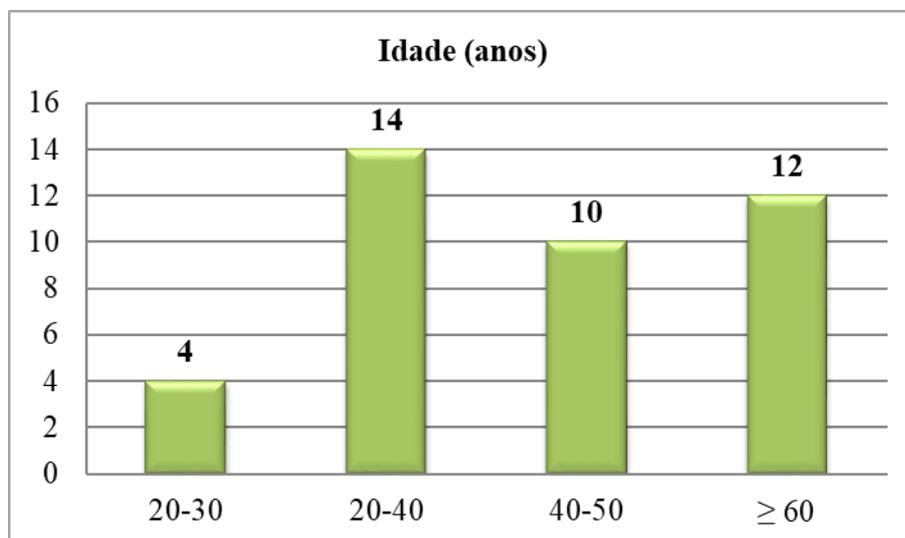
Gráfico 1. Número de profissionais entrevistados por instituição



Fonte: elaborado pela autora

Através do gráfico 1, nota-se que a maior parte dos entrevistados foram do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 17 profissional que ocupam diferentes funções desde técnicos, chefes de departamento e directores. Este apresenta maior número devido a disponibilidade em participar das entrevistas observada nesta instituição.

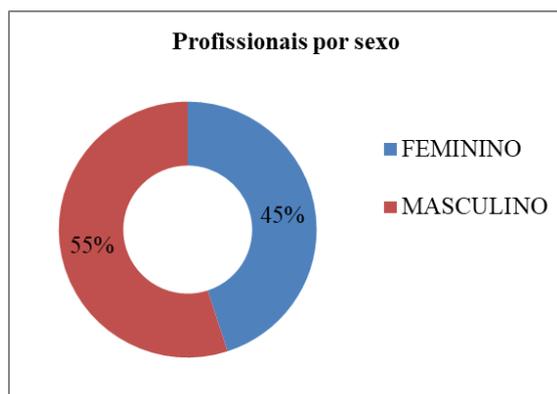
Gráfico 2. Composição etária dos inqueridos



Fonte: elaborado pela autora

De acordo com os dados apurados e demonstrados no gráfico 2, composição etária dos entrevistados teve maior percentagem na faixa entre 20 a 40 anos correspondente a 35%, de 41-50 anos teve a percentagem correspondente a 25%, de 20-30 anos teve a percentagem correspondente a 10% e maior ou igual a 60 anos teve a percentagem correspondente a 30%.

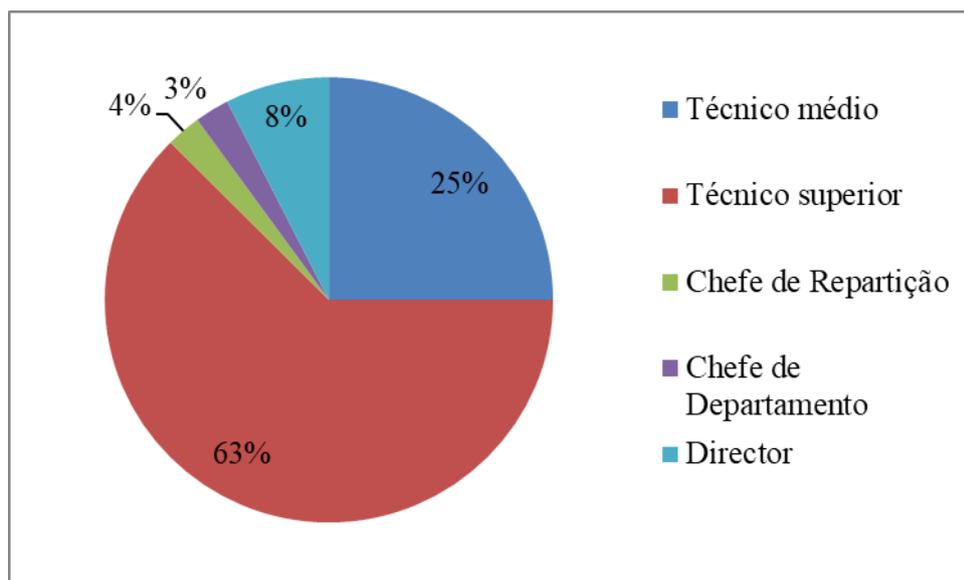
Gráfico 3. Sexo



Fonte: elaborado pela autora

Quanto ao sexo dos entrevistados, 45% dos funcionários são do sexo masculino e 55% do sexo feminino. Verifica-se que a maioria dos inqueridos são do sexo feminino.

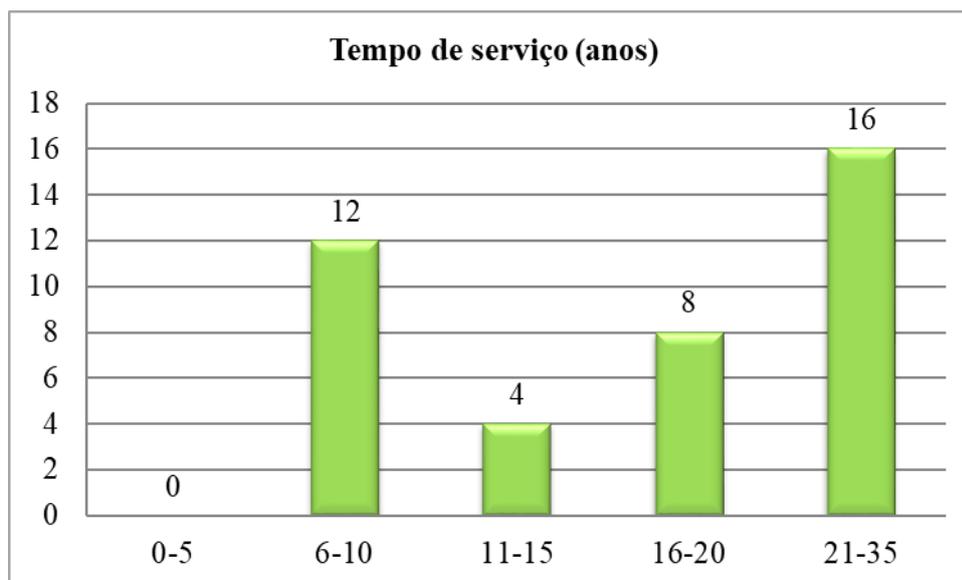
Gráfico 4. Ocupação/Posição Profissional



Fonte: elaborado pela autora

Quanto à posição profissional 5%, nível técnico médio, 67% nível superior e 27,5% assumem um cargo. Das 40 respostas os que identificaram os cargos, 12,5% são chefes de Repartição, 7,5% são chefes de Departamentos e 7,5% cargos de Directores. Verifica-se que quanto a categoria profissional a maioria dos inqueridos encontram-se no nível superior.

Gráfico 5. Tempo de Serviço



Fonte: elaborado pela autora

No que concerne ao Tempo de serviço, esta variável foi categorizada em quatro faixas: de 6-10 anos 60%, 11-15 anos, 25%, 16-20 anos 10% e acima 20 anos 5%. Verifica-se que a maioria dos inqueridos encontram-se na faixa de 6-10 anos relativamente ao Tempo de Serviço.

4.6.2. Apresentação das opiniões as perguntas colocadas

Quais são as tendências, na sua opinião da cooperação com Cuba na área da Educação em Moçambique?

Relativamente a esta questão, foram entrevistados indivíduos que ocupam cargo de chefia, dado a alto grau de complexidade e envergadura da pergunta, maior parte destes foram unânimes ao responder que a tendência desta cooperação, desde a implementação do seu plano de acção, é naturalmente positiva e ascendente, tendo argumentado que Cuba é um país com políticas e sistema de ensino bastante sólidos e consistentes e de qualidade extremamente elevada, um país com uma estrutura destas a apoiar Moçambique constitui um valor acrescentado sobre tudo para os extremos desafios que o seu sistema educativo apresenta. A partilha de conhecimentos entre os professores cubanos e moçambicanos é uma das formas mais vantajosas de adquirir experiência deste país.

Com tudo, há um grupo que mostrou relativo ceticismo em relação a esta cooperação, tendo argumento que esta pode não ser necessariamente um “apoio como tal” dados actuais desafios de desemprego e recessão económica que Cuba enfrenta actualmente, esta pode ser uma forma de o país vender sua mão-obra com um determinado propósito para o nosso território, para além de que Moçambique se apresenta como um berço de futuras oportunidades de investimento dado ao seu potencial em recursos minerais e de hidrocarbonetos. Sugeriram ainda que o governo moçambicano tomasse cautela na assinatura desses acordos e que fizesse uma avaliação meticulosa das cláusulas lá estatuídas. E por fim referiram que, ainda não possuem dados suficientes para extrair qualquer conclusão em relação a esta questão.

Acha que existe congruência entre os instrumentos assinados com o governo de cuba e as políticas internas do sector da Educação?

Gráfico 6. Congruência entre os instrumentos assinados com o governo de cuba e as políticas internas



Fonte: elaborado pela autora

Esta questão, foi colocada a todos os entrevistados como é possível notar através do gráfico acima, que quase todos os profissionais responderam claramente que existe consonância entre os instrumentos assinados com Governo de Cuba e as Políticas e Estratégia nacionais de educação. Argumentaram que esta parceria serve de suporte as principais políticas educacionais internas que são de fomento da educação através da formação de professores e implementação de massiva da estratégia nacional de ensino-aprendizagem, a qual Cuba já a implementa com sucesso a mais de 30 anos, tem apoiado também através de concessão de bolsas de estudo para programas de curta duração para professores dos níveis primários, secundária e superior e bem como para docentes universitários e programas de formação no ensino superior para Licenciatura, Pós-graduação, Mestrado e Doutoramento. Adicionalmente, salientaram também que a implantação destes instrumentos passa por uma monitoria e avaliação da equipa do departamento de cooperação a fim de aferir o grau de alinhamento e cumprimento dos pontos preestabelecidos no acordo.

Relativamente aos que responderam negativamente, preferiram abster-se de qualquer comentário.

Quais são as implicações desta cooperação, na sua opinião?

Relativamente a esta questão, foram também entrevistados indivíduos que ocupam cargo de chefia, dado a alto grau de profundidade da pergunta, maior parte destes foram unânimes ao responder condescendentemente, que as implicações atinentes estão ligados aos desafios de magnitude estrutural que Moçambique apresenta, sobre tudo na área da educação até hoje Moçambique apresenta um modelo de avaliação bastante obsoleto e sem condições básicas tais como, baixo número de professores, insuficiência de escolas, ausência de materiais para ensino e aprendizagem (giz, quadros, papel, livros, etc), pobreza elevada em alguns distritos que fazem com que as crianças tenham preferência por recorrer ao comércio informal do que a escola. Indo ao fundo do caso, encontramos que os testes não passam por nenhuma triagem ou avaliação de qualquer comité, abrindo espaço para sabotagem, não alinhamento com o programa de ensino vigente ou até a corrupção. Em termos de avaliações, em Cuba os testes são elaborados pelos próprios professores, sendo que o país também participa do sistema internacional de avaliação produzido pela OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, e o PISA - Programa para a Avaliação de Estudantes Internacionais.

Com tudo, estes factores trazem de certa forma um retrocesso, ao nosso sistema educativo numa situação em que esforços estão sendo envidados a fim de erradicar esta situação mais de forma relacionada o mesmo toma efeito nulo.

Que áreas deveríamos explorar da cooperação com Cuba para além das que Moçambique já se beneficia na área da Educação?

Para esta questão, foram também entrevistados indivíduos que ocupam cargo de chefia, dado a alto grau de complexidade e envergadura da pergunta, aqui também obteve -se diferentes opiniões, a primeira foi de que o governo deveria negociar a possibilidade de Moçambique beneficiar-se de um programa de professores veteranos reformados para vir ao país lecionarem a diferentes níveis como é feito nos vários outros países. Professor veterano tem muita experiência e Moçambique mais da qualquer outra área precisa profissionalizar e dotar de competência excessivas a nossa cama de professorados.

Outro grupo propôs que se assinasse um Memorando de Entendimento para padronização e internacionalização da educação profissional e co-cultura de talentos qualificados e co-construção do ensino superior, através de:

- a) Da promoção do intercâmbio de professores e alunos;
- b) Da Organização de reuniões e intercâmbios académicos entre universidades e faculdades moçambicanas e chinesas;
- c) Da Organização de estudos de curta ou longa duração dos estudantes em Cuba ou em Moçambique ao nível de licenciatura, mestrado e doutoramento;
- d) Co-organização de escolas de verão;
- e) Estabelecimento de um centro de treinamento; e
- f) Outras áreas de interesse comum.

Para além disso, foi comentado também sobre a possibilidade de criação de sinergias entre instituições do ramo de Ciência, Tecnologia e Inovação pois esta é também uma das áreas chaves para o desenvolvimento e fundamentais para o avanço da sociedade. A ciência permite a humanidade compreender um pouco mais sobre a natureza, a ciência é importante na nossa vida pois ajuda a ter uma qualidade de vida melhor, pois através da ciência muitas doenças foram eliminadas. A ciência possibilita avanços na saúde, alimentação, energia e outros.

A ciência está mais presente do que se imagina, nas pequenas coisas do cotidiano. Pode-se - começar com o desenvolvimento tecnológico. Seus benefícios estão presentes em toda a rotina, facilitando serviços diários e actividades que, hoje, não se imaginam de outra forma.

Por último, foi frisado por todos que Moçambique deveria apostar mais com cuba na formação de docentes que é factor importante na alta qualidade de ensino de Cuba dada pela importância que dão a formação dos docentes, quase todos os professores dos país tem mestrado, qualificando-se em áreas específicas e recebendo uma óptima remuneração.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES

Na presente pesquisa, fez-se algumas comparações dos Sistemas de Educação de Cuba com o sistema vigente em Moçambique, e bem como obter as vantagens da cooperação bilateral existente entre os dois países. Em fim, os objectivos do sistema nacional de educação de Moçambique e Cuba aqui mencionados são uma escolaridade obrigatória que visa capacitar o homem de conhecimentos e técnicas para ajudar a si e ao desenvolvimento do próprio país. A educação é um elemento fundamental para o desenvolvimento de um país, por isso vê-se que ela deve sempre ser uma prioridade para todas as sociedades. Contudo, percebe-se que existem traços comuns entre o Sistema Nacional de Educação de Cuba e de Moçambique nota-se haver vários aspectos em comum o que remete a ideia de que Moçambique não imitou o sistema de Cuba.

Alcançar uma educação de alta qualidade na África exigirá uma série de intervenções em cada nível educacional – educação infantil, educação primária, educação secundária, etc. Como resultado, os formuladores de políticas e os pesquisadores que os aconselham podem aprender com intervenções bem-sucedidas de duas maneiras principais. Primeiro, de forma mais simples, intervenções bem-sucedidas em um contexto fornecem um ponto de partida para discussões em outro contexto. Em segundo lugar, pode-se examinar os princípios por trás do sucesso das intervenções em vez de focar em estimativas pontuais específicas.

O contrato de formalização da prestação de serviços educacionais entre Moçambique e Cuba, dois países com uma quase sexagenária história de amizade e cooperação em várias áreas, com destaque para as áreas de saúde, educação e defesa nacional. Constitui também uma vantagem e valor acrescentado para Moçambique o facto de que Cuba vai formar mais de 100 médicos moçambicanos até 2024, sendo que actualmente já estão em formação 33 estudantes nas universidades cubanas, resultantes das duas primeiras edições, contemplando três estudantes por cada província do país.

E por fim conclui-se também que, a tendência desta cooperação, desde a implementação do seu plano de acção é positiva e significativa (que valida a hipótese 1 desta pesquisa), tendo argumentado que Cuba é um país com políticas e sistema de ensino bastante sólidos e consistentes e de qualidade extremamente elevada, um país com uma estrutura destas

a apoiar Moçambique constitui um valor acrescentado sobre tudo para os extremos desafios que o seu sistema educativo apresenta.

REFERÊNCIAS

1. ADAMS, T. REDIN, E. ZITKOSKI, J. J. (2010) *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 439 p.
2. ARROYO, M. G. (2000) *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis, RJ.
3. BAGAYO, H.T. (2006) *A aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência*. 3. ed. rev. Ijuí, RS: Ed. da Unijuí, 134 p.
4. BARROS et al., (2010) *A educação básica na China*.
5. BASTOS, J. N. DUARTE, S. M. (2012) *Políticas Educacionais e Transformações Socioeconômicas no Período Pós-Colonial em Moçambique*. EDUCERE, ISSN 2176-1396, s/d, p. 17774.
6. BICUDO, M. A. V. (1994). *Sobre a Fenomenologia*. In M. A. V. BICUDO & V. H. C. ESPÓSITO (Eds.), *Pesquisa Qualitativa em Educação*. Piracicaba: UNIMEP, p. 15.
7. BOWELL, R. A. (2005) *As sete etapas da inteligência espiritual: a busca prática de propósito, sucesso e felicidade*. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark.
8. CARVALHO, A. B. (2010) *A Filosofia da educação kantiana: educar para a liberdade*. / São Paulo: Unesp.
9. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. (2002). *Metodologia Científica*. 5ª Edição. São Paulo: Prentice Hall, p. 56.
10. CHAUI, M. (2000) *Convite à filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática.
11. Comité de Ajuda ao Desenvolvimento/Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (Organization for Economic Development and Cooperation – em Inglês)
12. David K. E. (2020) *Education in Africa: What are we learning*. Center for Global Development. Washington, DC 20036 [https:// www.cgdev.org/publication/education-africa-what-are-we-learning](https://www.cgdev.org/publication/education-africa-what-are-we-learning)

13. Decreto 11/90, de 1 de Junho de 1990, que autoriza o exercício de actividades de Ensino Particular e de Explicador e revoga os artigos 1 e 6 do Decreto 12/75 de 6 de Setembro.
14. DURÁN, M.T.M. Sistema nacional de educação em Cuba. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO (2010) *trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação.
15. FENSTERSEIFER, P. E. (2009) *A tarefa educacional na especificidade da escola*. In: MELLO, S. N.; FREDDO, C. M.; ECKERT, D. P. (Orgs.). *Especificidade do fazer docente*. Horizontina, RS: Graficasa, pp. 17-38.
16. FREITAS, J.& CARVALHO, J. (2012) *Sistema Educacional baseado no mérito*. Revista Pandora Brasil - Nº 41 - ISSN 2175-3318 “Educação comparada: mitos e metas”.
17. FTI: (2018) *Documento de Fundo para solicitar financiamento do Fundo Catalítico*. Versão Final.
18. GASPERINI, Lavinia. (1989). *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*. Viterbo: Lavoro/Iscos – Union Printing, p. 4.
19. GIL, Antônio Carlos. (2008a). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, p. 120.
20. GIL, Antônio Carlos. (2008b). *Métodos e técnicas de pesquisa Social*. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, p. 146.
21. GUILLOT, G. (2008) *O resgate da autoridade em educação*. Porto Alegre: Artmed.
22. HOFFE, O. IMMANUEL K. (1999) *Tradução Christian Viktor Hamm, Valério Rohden*. – São Paulo: Martins Fontes.
23. KANT, I. (1999). *Sobre a pedagogia*. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 2ª Ed. Piracicaba: Editora Unimep.
24. KEOHANE, Robert. (1984). *After hegemony. Cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, p. 51.

25. LAGES, V.; HENRIQUES, R. (2009) *Estratégias de Cooperação Internacional. Comunicação apresentada no XIX Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas*, Florianópolis – Brasil.
26. LAKOMY, A. M. Teorias cognitivas da aprendizagem. Curitiba: Facinter, 2003.
MARQUES, M. O. Conhecimento e modernidade em reconstrução. Ijuí, RS: Ed. da Unijuí, 1993.
27. LIMA, L. B. (2010) Teorias do Desenvolvimento e a Cooperação Internacional. Researchgate, vol. 8, nº 1, 73-90, p. 87.
28. Lopes, Q. (2011). *A educação em Cuba: seus fundamentos e desafios. estudos avançados* 25 (72).
29. MACHAVA, P. A. (2015) *Educação, cultura e gestão do currículo local um estudo de caso. Tese de Doutorado* (não publicada) Lisboa: Universidade Católica de Portugal, p. 47.
30. MARCONI, M. d. A.; LAKATOS, E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Atlas, p. 67.
31. MASSIMACULO, A. (2010) *Políticas Educativas para a Educação Básica em Moçambique e a diversidade cultural: o caso de escolas do Município de Nampula. Tese de Doutorado* (não publicada). Minho: Universidade do Minho, p. 26.
32. MINEDH. (2017) *Acordo de Cooperação entre o Ministério da Educação da República de Cuba e o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano da República de Moçambique*.
33. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Nacional de Educação e Estratégias de Implementação. Programa do Governo para 1995/1999. Maputo.
34. MORIN, E. (2001) *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez.

35. NETO, W. A. D. (2014) *A cooperação internacional para o desenvolvimento como uma expressão específica da cooperação internacional: um levantamento teórico*. OIKOS, vol. 13, nº 2, 115-128, p 119.
36. NHAMPOSSE, A. A. (2019). *Oferta Formativa e Necessidades de Alfabetização dos Educandos centro de Alfabetização de Natete Monapo*. Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação. Disponível em: <reid.ucm.ac.mz/index.php/reid/article/download/23/23>; Consultado no dia: 12/05/2022 às 19:08.
37. PINO, A. (2005) *As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotsky*. São Paulo: Cortez, 2005.
38. Plano Estratégico de Educação e Cultura 2006-2010. Ministério da Educação e Cultura. Maputo.
39. RAMOS, M H. B. & RAMOS, J. F. P. (2010) *O sistema de ensino básico na Finlândia. Artigo apresentado na disciplina de Estrutura e funcionamento do ensino fundamental e médio do Curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará, semestre, 2010*.
40. REALE, A. D. (1990) *História da Filosofia: Do humanismo a Kant / - São Paulo: Paulus*.
41. SAKAUE, K. (2018). *Cobrança informal de propinas e escolha de escola ao abrigo de uma política de educação primária gratuita: Evidência de dados em painel de Uganda rural*. International Journal of Educational Development, 62, 112–127. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2018.02.008>
42. SANDEFUR, J. (2019, 29 de maio). *Justin Sandefur no Twitter: “Em 4 dos 5 maiores países da África, menos de 1 em cada 5 trabalhadores tem um emprego assalariado. Sempre uma fonte de confusão quando leio sobre salários ou desemprego na região. [https:// t.co/ uxYhOeag7X](https://t.co/uxYhOeag7X)” / Twitter. Twitter. <https://twitter.com/justinsandefur/status/1133923214030233600>*
43. SEID, Y. (2017). *Instrução na língua materna e resultados posteriores no mercado de trabalho: evidências de um experimento natural na Etiópia* [documento de trabalho].

44. SERNEELS, P., BEEGLE, K. E DILLON, A. (2016). *Os retornos à educação dependem de como e para quem você pergunta? O Banco Mundial*.
<https://doi.org/10.1596/1813-9450-7747>
45. SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. (2001). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 3ª Edição revista e actualizada. Florianópolis.
46. TAMAYO, D. Á. (2017) *Relatório da Cooperação Cubana em Moçambique. Cooperação Educativa Cubana na República de Moçambique*. Maputo.
47. THIOLENT, M. (1986) *Metodologia da pesquisa-ação*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, p. 203
48. TOMAZINI, R. (2017) *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão*. Revista Carta Inter., vol. 12, nº 1, 28-48, p. 30.
49. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. (2008). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. 1ª Edição. São Paulo: Atlas, p. 26.
50. WOOD, Allen W. Kant (2008) Tradução Demalar José Volpato Dutra. / Porto Alegre / Artmed.

Anexos

Anexo 1. GUIÃO DE ENTREVISTAS

Este questionário aborda sobre O Tema IMPACTO DA COOPERAÇÃO CUBA-MOÇAMBIQUE NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE e tem como propósito identificar as vantagens do apoio do Governo de Cuba na área de educação em Moçambique. A pesquisa é referente ao Programa de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento na ACULDADE DE DIREITO da Universidade Eduardo Mondlane.

Caso não queira identificar-se, fique à vontade. As informações obtidas não serão utilizadas de forma individualizada, uma vez que as respostas serão agregadas. o tempo para o preenchimento é de aproximadamente 30 minutos e, caso haja alguma questão que não tenha como responder, sintase a vontade, por favor. obrigada.

Nome :	ARLETE SIVE CHABANGO
--------	----------------------

Contacto: 875859671 (arletisaura@gmail.com)

CRITÉRIO DE INCLUSÃO
Este instrumento de pesquisa será aplicado exclusivamente aos funcionários envolvidos aos processos cooperação no MINEDH, MCTES, e MINEC

Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Maputo, Julho de 2022

N.º	DIMENSÃO DEMOGRÁFICA E FUNCIONAL					
1	Idade	(1). 20-25	(2). 26-30	(3). 31-40	(4). 41-50	(5). + de 50
2	Género	(M) - Masculino	(F) - Feminino			
3	Categoria Profissional	(1) Técnico Medio	(2) Técnico Superior	(3) Chefe de Repartição	(4) Chefe de Departamento	(5) Director
4	Tempo de serviço na Instituição	(1) 0-5	(2) 6-10	(3) 11 - 15	(4) 16 - 20	(5) + de 20

1. Quais são as tendências, na sua opinião da cooperação com Cuba na área da Educação em Moçambique?

2. Acha que existe congruência entre os instrumentos assinados com o governo de cuba e as políticas internas do sector da Educação?

3. Quais são as implicações desta cooperação, na sua opinião?

4. Que áreas deveríamos explorar da cooperação com Cuba para além das que Moçambique já se beneficia na área da Educação

5. Diversos

